

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- Aos trinta dias de junho do ano de dois mil e quinze, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia Municipal, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

--- **Um** – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.-----

--- **Dois** – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL.-----

--- **Três** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E CATORZE.

--- **Quatro** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA PREVISTAS NO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS.-----

--- **Cinco** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DO PLANALTO DE SANTARÉM.-----

--- **Seis** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CORREÇÃO DA ÁREA DO PEDIDO DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - RESITEJO.-----

--- **Sete** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA.-----

--- **Oito** – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO NOVECENTOS E ONZE/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO VICENTE DO PAÚL NO CONCELHO DE SANTARÉM) DA INICIATIVA DO PCP.-----

--- **Nove** – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

NOVECENTOS E CATORZE/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE VALE DE FIGUEIRA, NO CONCELHO DE SANTARÉM) DA INICIATIVA DO PCP.-----

--- **Dez** – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO NOVECENTOS E DOZE/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE VAQUEIROS NO CONCELHO DE SANTARÉM) DA INICIATIVA DO PCP. -----

--- **Onze** – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO NOVECENTOS E TREZE/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE CASÉVEL NO CONCELHO DE SANTARÉM) DA INICIATIVA DO PCP. -----

--- **Doze** – CRIAÇÃO DAS COMISSÕES PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS RESPEITANTES ÀS PETIÇÕES SOBRE “REFUNDAR VAQUEIROS” E “QUEREMOS DE VOLTA O CORETO ROMÂNTICO”.-----

--- **Treze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL (LAGAR DE AZEITE) – ABITUREIRAS. -----

--- **Catorze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO DE PARTE DAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE INDUSTRIAL DE PELETERIA – ABRÃ. -----

--- **Quinze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS NÃO METÁLICOS – CASAL DO BREJO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE AZOIA DE CIMA E TREMÊS.-----

--- **Dezasseis** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL – ISENÇÃO DE TAXAS DAS LICENÇAS DE RUÍDO E DE UTILIZAÇÃO PARA RECINTO IMPROVISADO DA FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA/ DOIS MIL E QUINZE – CNEMA. -----

--- **Dezassete** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia (Presidente), Manuel Joaquim Vieira (Primeiro Secretário), Ana Teresa Pereira Pires Martins da Mota Antunes (Segunda Secretária), Abílio Manuel Mota Ribeiro, Ana Margarida do Coito Gervásio, Armando António Rosa Leal, Beatriz Santos Martins, Cássio José Gonçalves Martins Leitão, Cláudio Figueiredo Madruga, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Dina Maria Gomes Rocha, Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Carlos Melgueira Antas, José Luís Marques Cabrita, Luís Manuel da Graça Batista, Manuel João Maia Frazão, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Maria Helena Claro Victor Vinagre, Maria de Lurdes Gaspar Casimiro, Paulo Tiago Rodrigues dos Santos, Ramiro José Jerónimo Matos, Raquel Inês Marques Fernandes, Renato António Vieira Calado Possante Bento, Sandra Isabel de Sousa Barreiro Dinis, Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça e Vítor Manuel Carvalho Franco. -----

--- **Presidentes de Junta:** -----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), José Augusto Alves dos Santos (Amiais de Baixo), Paulo Jorge Gaspar Guedes (Arneiro das Milhariças), Joaquim Duarte Aniceto (Gançaria), Marcelo Ferreira Morgado (Moçarria), Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes), Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte (Póvoa da Isenta), Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém), António João Ferreira Henriques (Presidente da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém), Maria Emília Massena Santos (em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês) Carlos do Carmo da Cruz Trigo (União Freguesias de Casével e Vaqueiros), Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (União de Freguesias de Romeira e Várzea), Paulo Jorge Dias Picoto (em representação do Presidente da União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau), e Ricardo Luís da Costa (União

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira). -----

--- Pediram a substituição nos termos da Lei e do Regimento: -----

--- António José Ferreira Simões Borba, Carlos Augusto Pinhão Coutinho, Catarina Isabel Santos Silva Campos, Fabíola Cruz Neto Cardoso e Horácio Neto Frade da Silva. -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Idália Maria Marques Salvador Serrão, Susana Cristina Coelho da Silva Pita Soares, António José da Piedade Carmo, Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes e Otilia Margarida Jacinta Torres -----

--- Ausências: -----

--- Luís Manuel Sousa Farinha. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade do senhor Cláudio Figueiredo Madruga, da lista do PS, e da senhora Maria de Lurdes Gaspar Casimiro, da lista do CDS/PP. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, submetendo a discussão e votação a Ata número dezdois mil e treze/dois mil e dezassete e sete-dois mil e treze/dois mil e dezassete, tendo sido retirada da votação em face das alterações solicitadas pelos senhores **José Luís Cabrita e Vítor Franco**. -----

--- Prosseguiu-se o Período de Antes da Ordem do Dia, com a intervenção da senhora **Maria de Lurdes Casimiro** que destacou a inauguração do memorial aos combatentes de Santarém no ultramar, estranhando a ausência de personalidades ligadas à política de esquerda. -----

--- Congratulou-se com a assinatura do protocolo para a intervenção nas barreiras de Santarém. -----

--- Depois o senhor **José Luís Cabrita** questionou se a empresa de estacionamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

submeteu à aprovação do executivo municipal o tarifário afixado nos parquímetros.

--- Seguidamente, o senhor **Armando Rosa** teceu algumas considerações sobre o critério para a atribuição de nomes às ruas no concelho, estranhando as críticas efetuadas pelo líder da bancada da CDU relativamente a esta matéria.-----

--- O senhor **José Luís Cabrita** esclareceu a sua posição relativamente à toponímia, realçando que a recomendação para a atribuição do nome de Álvaro Cunhal a uma rua da cidade foi aprovada por unanimidade no anterior mandato. -----

--- De seguida o senhor **Luís Emílio Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, lamentou o atraso nas obras de requalificação do Mouchão Parque, em Pernes, querendo saber se existe falta de vontade da Câmara Municipal de Santarém em resolver este problema.-----

--- O senhor **Ricardo Costa**, Presidente da União de Freguesias de Vale de Figueira e São Vicente do Paúl, congratulou-se com o sucesso das Tasquinhas do Alviela, agradecendo a participação de todos os presentes. -----

--- Depois, o senhor **Vítor Franco** solicitou esclarecimentos sobre a posição do Município de Santarém no tocante à privatização da Resitejo. -----

--- Perguntou qual o ponto de situação relativamente às recomendações aprovadas nesta Assembleia sobre a criação de uma casa de acolhimento para vítimas domésticas, trânsito na Calçada do Monte e criação de um mediador cigano. -----

--- Quis saber o que foi feito para resolver o problema do trânsito na zona de São Bento, assim como qual o ponto de situação do estudo sobre as rotundas. -----

--- Chamou a atenção para o estacionamento abusivo no Largo Cândido dos Reis quando existem celebrações religiosas na Igreja do Hospital Velho. -----

--- Alertou para o lixo acumulado nas traseiras da Avenida Bernardo Santareno provocando o entupimento das condutas de águas pluviais. -----

--- A seguir, o senhor **Tiago Preguiça** questionou novamente qual o custo das viagens ao Brasil realizadas no anterior mandato. -----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o acordo com a Secretaria de Estado do Desporto e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

Juventude para a utilização da Pousada da juventude no concelho de Santarém e assim como em relação ao protocolo com o Nersant para a incubadora de empresas, nomeadamente se vai haver algum regulamento que defina as regras sobre esta matéria.-

--- Seguidamente, a senhora **Cristina Martins** referiu a inauguração do Memorial aos Combatentes do Ultramar enaltecendo, na pessoa do senhor Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém, o trabalho da comissão criada para o efeito.-----

--- De seguida, o senhor **Cássio Martins Leitão** chamou a atenção para a altura da vegetação em algumas zonas do Planalto, assim como para a deficiente sinalética quer dos monumentos quer dos tribunais. -----

--- Referiu que os semáforos à saída da rotunda junto ao Tribunal provocam congestionamento do trânsito naquele local, questionando se está prevista alguma intervenção no Jardim da Liberdade de modo a tronar aquele espaço mais harmonioso.--

--- Perguntou para quando está previsto o novo regulamento de estacionamento que já deveria estar concluído, querendo saber se o município não tem queixas dos utentes relativamente ao diploma em vigor. -----

--- Depois, o senhor **Joaquim Neto** alertou para a necessidade de limpeza das bermas da estrada nacional trezentos e sessenta e dois.-----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente à demora na resolução do problema das barreiras de Santarém, perguntando qual o ponto de situação deste assunto.-----

--- A seguir, o senhor **Paulo Tiago Santos** enalteceu o Executivo Municipal pela instalação do campo de futsal na Ribeira de Santarém que irá permitir melhorar a prática de desporto. -----

--- Depois, o senhor **Presidente da Câmara** agradeceu a todos aqueles que participaram na inauguração do Memorial aos Combatentes do Ultramar. -----

--- Relativamente às Barreiras de Santarém esclareceu que o processo está a andar, não com a celeridade com que todos desejariam, salientando que pela primeira vez foram disponibilizados cinco milhões de euros para esta intervenção, apesar de serem insuficientes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Quanto ao tarifário do estacionamento referiu que iria mandar indagar o que se passa em relação à questão levantada.-----

--- No tocante à toponímia sublinhou o disse o senhor José Luís Cabrita, salientando que a Câmara tem solicitado o apoio das Juntas de Freguesia nesta matéria. -----

--- Relativamente ao Mouchão Parque, em Pernes, disse que o assunto está a ser tratado conjuntamente com a Agência Portuguesa do Ambiente, no sentido de ser lançada a obra.

--- Em relação à casa de acolhimento adiantou que o assunto já foi levado a reunião de Câmara.-----

--- No que concerne ao trânsito, frisou que são questões que estão a ser tratadas pelos serviços camarários e que levam o seu tempo.-----

--- Adiantou que já existe uma pessoa para exercer as funções de mediador cigano. -----

--- Esclareceu relativamente às viagens ao Brasil informou que em dois mil e dois foram gastos cerca de cinquenta e dois mil euros e em dois mil e onze gastaram-se vinte e três mil euros.-----

--- Clarificou que não ter havido evolução relativamente à Pousada da Juventude desde a última sessão desta Assembleia. -----

--- Salientou que os serviços da Câmara estão a trabalhar no sentido de proceder à desmatação.-----

--- Referiu em relação à sinalética que é um processo que está a efetuado faseadamente e que demora algum tempo. -----

--- Relativamente às queixas apresentadas sobre o estacionamento salientou que as mesmas estão a ser tratadas pelos juristas.

--- Disse que a estrada nacional trezentos e sessenta e dois é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, que resultou da fusão das Estradas de Portugal com a REFER que irá permitir uma poupança de mais de mil milhões de euros, tendo escrito ao senhor Ministro da Economia para que sejam canalizados dessa poupança treze milhões de euros para a requalificação da referida estrada que é muito importante para a atividade económica na zona norte do concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Seguidamente, o senhor **Tiago Preguiça** solicitou para que a informação avulsa prestada sobre as viagens venha acompanhada de um relatório sobre o retorno financeiro dessas viagens.-----

--- Após alguma troca de impressões foi dado por concluído Período de “Antes da Ordem do Dia”, dando-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA com o PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** --

--- Foi dada a palavra ao senhor **Vítor Franco** que insistiu no sentido de saber se a Câmara já recebeu o parecer da DGAL sobre a privatização da RESITEJO. Questionou sobre o que diz esse parecer e solicitou que lhe seja fornecido.

--- Solicitou esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara sobre a reunião que manteve com a DGAL acerca do PAEL - Programa de Apoio à Economia Local e do FAM – Fundo de Apoio Municipal.-----

--- Disse presumir que já esteja incluído na resposta sobre as barreiras a reunião que manteve com o senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e o senhor Secretário de Estado. -----

--- Solicitou também informação acerca da reunião com o Ministro-adjunto Poiares Maduro sobre o Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- Seguidamente, a senhora **Raquel Fernandes** aludiu a uma reunião que o senhor Presidente da Câmara manteve recentemente com o senhor Ministro da Saúde ou no Ministério sobre as questões do hospital e da saúde mas que na informação escrita nada consta, nem sequer sobre a participação nesta reunião. -----

--- Prosseguiu referindo que independentemente da realização da reunião ou não, a verdade é que há cerca de quase treze meses, nesta mesma sala, o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém garantiu que apesar da Portaria, o Hospital de Santarém não iria perder nenhuma valência das atuais valências, anunciando ainda o novo modelo de organização que passa pela criação do grupo hospitalar do Ribatejo com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

junção dos hospitais de Santarém, Abrantes, Tomar e Torres Novas. Recordou que, nessa altura, foi unânime nesta sala a rejeição dessa mesma Portaria apesar da mesma continuar no ativo, esta e como todas as outras propostas vindas deste Governo não é uma proposta inocente e muito menos visa melhorar as condições do Serviço Nacional de Saúde, a qualidade do serviço prestado aos utentes ou as condições de trabalho dos trabalhadores da saúde nas referidas unidades hospitalares. Se dúvidas existiam, basta recordar todos os cortes orçamentais na saúde que o atual Governo fez piorando as condições de trabalho dos trabalhadores na área da saúde e todas as outras, a perda progressiva de valências aqui no nosso Hospital de Santarém, o afastamento dos cuidados de saúde das populações e a perda de inúmeros profissionais especializados, prejudicando assim o atendimento aos utentes, criando o caos que por diversas vezes foi evidenciado nas urgências hospitalares por falta de meios humanos e materiais. -----

--- Levantou dúvidas se com a criação do Centro Hospitalar do Ribatejo os postos de trabalho estão assegurado, assim como será regulada a mobilidade dos profissionais dentro desse mesmo Centro. -----

--- Questionou se as valências dos vários hospitais vão ser mantidas ou irá acontecer como aconteceu na fusão em dois mil e doze no Centro Hospitalar Médio Tejo, e em que medida o pré hospitalar também irá ser prejudicado. -----

--- Disse que uma verdadeira reorganização hospitalar vai obrigatoriamente ao encontro das necessidades dos utentes e é por isso que devemos continuar a rejeitar a implementação desta Portaria e consequentemente a criação deste Centro Hospitalar, perguntando ao senhor Presidente da Câmara o que tem feito face à anunciada criação deste Centro Hospitalar para salvaguardar os direitos dos cidadãos do nosso Concelho. -----

--- Depois, o senhor **Armando Rosa** colocou algumas questões que resultam da preocupação de muitos munícipes e residentes em Santarém e que se prendem com a segurança. Destacou que ao analisar o PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana viu refletidas algumas estatísticas, alguns números que são preocupantes, referindo que “cerca de setenta por cento dos edifícios no centro histórico têm madeira nas suas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

estruturas, são essencialmente de madeira. Cento e oitenta e oito edifícios estão devolutos, sendo sessenta e seis totalmente devolutos e cento e vinte e dois parcialmente. Parcialmente tem a ver com o comércio que existe no rés-do-chão. Apenas quarenta e oito por cento estão em bom estado de conservação e este número não é consensual. -----

--- Referiu que é da competência da Comissão Municipal de Proteção Civil, o Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Santarém, publicada no Diário da República, segunda série em vinte e três de agosto de dois mil e onze, acionar a elaboração do Plano Municipal de Emergência, perguntando para quando a apresentação deste Plano Municipal de Emergência. -----

--- Sublinhou as palavras do senhor deputado Cássio sobre a sinalética para os tribunais que já foi requerida à Câmara Municipal em setembro de dois mil e catorze pelo Conselho de Gestão do Tribunal da Comarca de Santarém e ainda não foi executado. -----

--- Lembrou também a necessidade de ativação do que foi decidido em relação ao parque de táxis junto à rotunda do Círculo Cultural Scalabitano em frente à Direção de Finanças com a transferência para a Rua Pedro Calmon já aprovada em dois mil e catorze e que ainda não está concretizada. -----

--- A seguir o senhor **José Luís Cabrita** insistiu, relativamente às barreiras, em saber a quem cabe, por um lado, a responsabilidade da coordenação das obras a realizar, por outro lado, no que respeita aos custos por quem serão estes suportados e, se já foi ou não assinado o protocolo e se já há uma data prevista para a sua assinatura e, naturalmente, para a concretização dos trabalhos.”-----

--- No que respeita à informação escrita e quanto à informação financeira aludiu a uma dívida à ESTAMO de dezasseis milhões de euros. -----

--- Prosseguiu referindo que, segundo julga saber, estes dezasseis milhões de euros referem-se apenas à compra da Escola Prática. Ora, como é do conhecimento público que a Câmara está a utilizar o Presídio Militar, questionando se este foi oferecido pela ESTAMO o se já foi pago. O Executivo até agora não nos deu qualquer informação em relação à situação das instalações onde funcionava o Presídio Militar. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Por outro lado, há a questão dos terrenos do Campo Militar de Almoester que, se não estão enganados, também constavam de um contrato promessa de compra e venda e também não vislumbram nesta informação qualquer referência a valores em dívida, perguntando qual a situação do mesmo. -----

--- Disse verificar o que respeita às participações do Município que há pelo menos duas entidades - a DET – Desenvolvimento Empresarial Tecnológico e a Parquiscálabis - em que só há informação das contas de dois mil e treze, não apresentaram ainda as contas de dois mil e catorze. O que se passa com estas empresas nas quais a Câmara tem participação, sendo que, numa delas, os resultados eram negativos. Questionou o que se passa para que não tenham ainda nesta altura apresentado contas. -----

--- Depois o senhor **Cássio Leitão** referiu relativamente às ações judiciais que estão na informação escrita, na página quatro é referido um processo de contraordenação movido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, referindo a fase “pagamentos a decorrer”. A questão é que o valor está em branco, tendo natural curiosidade em saber quanto é que foi a coima. -----

--- No tocante ao processo já propalado da Abispark no valor de dois milhões e duzentos mil euros é referido que aguarda sentença do recurso. Considerou que por ser relativamente recente o processo não será uma decisão de fundo que estará sob recurso, solicitando esclarecimentos se é uma questão de mérito ou apenas formal. -----

--- Sublinhou que gostaria de ver clarificada a resposta do senhor Presidente da Câmara que afirmou que tinha conhecimento de queixas relativamente à concessionária. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** respondendo ao deputado Vítor Franco disse nunca ter ouvido falar na privatização da Resitejo desconhecendo qualquer processo nesse âmbito. -----

--- Sobre a questão do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e Fundo de Apoio Municipal (FAM) disse que o município de Santarém não está obrigado a recorrer ao FAM, contudo, em alguns aspetos, há condições mais favoráveis nomeadamente em relação aos empréstimos que o Município tem atualmente -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

---No âmbito do acompanhamento do PAEL informou que se realizam reuniões periódicas com a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais. -----

---No que se refere à reunião mantida com o senhor Secretário de Estado e o senhor Ministro do Ambiente disse ter sido debatida a questão dos termos do Protocolo, acrescentando ter sido no âmbito desta reunião que surgiu a possibilidade da parte não participada pelos fundos comunitários poder vir a ser participada através das Infraestruturas de Portugal. -----

---Relativamente à questão da reunião com o Ministro Poiares Maduro sobre o Festival Nacional de Gastronomia disse ter sido no sentido de analisar a forma de conseguir fundos comunitários para o Festival de Gastronomia e para alguns projetos nessa área. -----

---No tocante à reunião no Ministério da Saúde, confirmou a sua presença nessa reunião, acompanhado pelos Presidente, Vice-presidente da Comunidade Intermunicipal e Administrador Delegado. -----

---A este propósito lembrou que foi feita uma petição, com a colaboração do senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que essa Portaria não avançasse, -----

---Recordou também que sobre este assunto se realizou uma assembleia municipal extraordinária cujas conclusões foram remetidas para o Ministério da Saúde. Sublinhou que sempre tem estado ao lado das populações. Referiu que nesta reunião foi dito que se os autarcas fossem contra essa solução ela não avançaria. Disse que neste momento está a aguardar que lhe enviem o estudo onde se baseiam para dizerem que essa é a melhor solução. Frisou, todavia, que foi dito nesta reunião que esta solução não avançará sem que todos os autarcas e as populações estejam de acordo.-----

--- Quanto ao Plano Municipal de Emergência disse ter conhecimento das questões que colocou ao Comandante Municipal, Frisando que o Município tem um Plano de Emergência Municipal, acrescentando que o mesmo está a ser objeto de revisão, tendo já chegado o primeiro projeto de atualização. Adiantou que dentro de pouco tempo esses planos estarão devidamente atualizados.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- No que se refere à questão do imobilizado informou que o Município de Santarém naquela altura só adquiriu a Escola Prática de Cavalaria. No que se refere ao Presídio Militar disse haver uma proposta de acordo com a ESTAMO no sentido da Câmara pagar uma renda sobre esse espaço. -----

--- Sublinhou que o município não tem condições financeiras para adquirir os terrenos do Campo Militar de Almoester, o edifício onde está a Polícia de Segurança Pública ou o Presídio Militar, situação já comunicada à ESTAMO. -----

--- Recordou que estas aquisições, em dois mil e oito, serviram para fazer negócios tripartidos entre o Governo de então e várias entidades para que o deficit baixasse. -----

--- Relativamente à questão colocada a propósito da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional disse não ter presente o valor em causa, podendo ter sido lapso dos serviços respetivos ou então ainda não dispõem do valor. -----

--- Relativamente à questão da Abispark disse que estas matérias estão a ser tratadas pelos juristas pelo que não iria tecer considerações sobre esse assunto. -----

--- De seguida o senhor **Vítor Franco** referiu que a RESITEJO enviou recentemente uma proposta de alteração de estatutos aos municípios onde se prevê a possibilidade de entrada de investidores privados, acrescentando que esta empresa fez recentemente um investimento avultado mas altamente rentável. -----

--- Informou que o Bloco de Esquerda solicitou um parecer jurídico sobre a situação da Resitejo que refere que a situação da RESITEJO do ponto de vista estatutário neste momento é insustentável, devendo ser alterado. -----

--- Solicitou ao senhor Presidente o projeto de estatutos porque há várias Câmaras Municipais que estão a votar esses estatutos. -----

--- Depois, o senhor **José Luís Cabrita** sublinhou que na informação escrita vem mencionado que o senhor Presidente da Câmara reuniu com os senhores Ministro do Ambiente e Secretário de Estado sobre as encostas, não constando o Festival Nacional de Gastronomia. Insistiu no sentido de saber se o protocolo já está assinado e a quem vai caber os custos das obras a realizar e se há alguma parte para a Câmara Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- A seguir o senhor **Armando Rosa** salientou que a informação de que dispõe é de que não existe Plano Municipal de Emergência e devia existir. -----

--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara** informou que relativamente à Resitejo o Município pediu um parecer à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais sobre as questões do endividamento e como é que esse endividamento deve ser refletido nas contas.

--- Confirmou que estão ser elaborados novos estatutos, havendo três municípios que tem os seus serviços jurídicos a tratar desta revisão. Referiu que recentemente se percebeu que já estão três privados na Resitejo o que lhe levanta algumas dúvidas.-----

--- Disse ainda que a Resitejo fez um investimento há algum tempo de dezoito milhões de euros no chamado TMB - Tratamento Mecânico Biológico. -----

--- Salientou que, de acordo com a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais o Município tem direito a um voto que é a senhora Vereadora Inês Barroso que está presente na Assembleia da Resitejo, mas na consolidação das contas é refletido um terço desse investimento.-----

--- Referiu que este assunto não tem corrido da melhor forma e tem suscitado muitas dúvidas mantendo contacto com outros municípios no sentido de perceber algumas das tramitações que tem sido feitas no âmbito da Resitejo. -----

--- Esclareceu que quando respondeu que tinha havido uma reunião com o senhor Ministro Poiães Maduro a propósito do Festival Nacional de Gastronomia foi em resposta a uma pergunta do senhor deputado Vítor Franco. -----

--- Respondendo ao senhor José Luís Cabrita informou que o protocolo ainda não está assinado, estando a ser objeto de negociação, prevendo-se que haja uma percentagem do dinheiro que caberá ao município de Santarém e outra caberá ao Ministério do Ambiente.

--- Sublinhou que existe efetivamente o Plano Municipal de Emergência mas face a alterações da legislação está-se a proceder às necessárias adaptações. -----

--- *Encerrado o debate relativamente a este ponto, o qual não carece de votação, prosseguiu-se com o* **PONTO DOIS – APRECIACÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PAEL – PROGRAMA DE APOIO À**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

- ECONOMIA LOCAL.** -----
- Pela Câmara Municipal de Santarém foi apresentado o relatório em epígrafe.-----
- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que referiu que o relatório em apreço vem confirmar o que a CDU tem dito relativamente à situação financeira do Município, destacando o aumento da dívida para setenta e seis milhões novecentos e trinta e seis mil euros.-----
- Salientou que as receita arrecadada é significativamente inferior à previsão da receita orçamentada, pelo que gostaria de saber como é que o senhor Presidente da Câmara pensa resolver esta situação. -----
- A seguir, o senhor **Renato Bento** começou por reforçar que as medidas de gestão previstas no PAEL estão muito aquém das previsões e exigências iniciais. Verifica-se um desvio de noventa e um por cento na racionalização das despesas com pessoal e um desvio de cerca de um milhão de euros na racionalização das despesas de funcionamento. -----
- Referiu que os documentos consolidados representam um passivo de cento e quarenta e quatro milhões de euros o que é muito preocupante. -----
- Seguidamente o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o aumento da dívida se tem a ver com o facto de os municípios estarem obrigados a inscrever o valor da contribuição para o Fundo Municipal de Apoio, salientando que na prática não existe aumento da dívida. Referiu ter havido uma redução da dívida de curto prazo na ordem oito vírgula quatro milhões de euros, assim como uma redução de trezentos e quarenta e cinco mil euros nas despesas com encargos e juros com a renegociação dos empréstimos. Clarificou que o passivo é diferente da dívida. -----
- O senhor **Vítor Franco** realçou que o Bloco de Esquerda foi o único partido que votou contra o PAEL. -----
- **PONTO TRÊS – PROPOSTA “CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE”.**-----
- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----
- “Dando sequência à deliberação camarária de quinze de junho de dois mil e quinze,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

tomada por maioria com o voto contra do senhor Vereador da CDU, abstenções dos senhores vereadores do PS e votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD, e em cumprimento do número dois do artigo setenta e seis da Lei setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação das Contas Consolidadas do Município, que anexo”.

--- O senhor **José Luís Cabrita** começou por referir que em relação a esta matéria tal como na anterior não há qualquer discrepância entre aquela que foi a posição da CDU pelo que apenas vai reafirmar alguns dos comentários e observações feitos pelo senhor Vereador Francisco Madeira Lopes.

--- Declarou que as contas não lhe oferecem dúvida no que respeita aos números pois acredita que os funcionários do Município responsáveis por esta matéria, mas as contas também tem uma leitura política e dessa leitura política que faz é que o PSD continua a ser incapaz de cumprir as promessas eleitorais que oportunamente fez no que respeita à saída da difícil situação em que o Município, antes de chegar ao Poder, se encontrava e que em vez de a resolver a aprofundou.

--- Recordou a posição da CDU aquando da criação das empresas municipais de que aquilo que o executivo do PSD estava a fazer era a transformar a Câmara numa *holding* esvaziada de competências que eram transferidas para as empresas e, portanto, daí a posição que a Coligação Democrática Unitária teve nas contas do município, de voto contra, e a posição que tem no que respeita às contas consolidadas também de voto contra.

--- Realçou alguns números das contas consolidadas, considerando que se o total do passivo da Câmara Municipal na ordem dos cento e dezasseis milhões de euros de dívida era mau, o total consolidado disparando para os cento e quarenta e quatro milhões naturalmente que é muito pior. Salientou que a dívida consolidada em termos daquilo que é a dívida a fornecedores e à banca são cento e três milhões de euros, pelo que os valores da receita total prevista para dois mil e quinze representa trezentos por cento, ou seja três anos de receitas municipais.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Por último voltou a referir a questão do total da dívida a instituições de crédito que, na opinião da Coligação Democrática Unitária, tal como também é a do Revisor Oficial de Contas, é na ordem dos cinquenta e nove milhões de euros e não dos cinquenta e um e meio como vem referido nas contas que são apresentadas já que a Câmara continua a não considerar na dívida consolidada a antecipação das receitas da EDP Energias de Portugal.

--- De seguida o senhor **Ramiro Matos** afirmou que sobre as contas consolidadas efetivamente só quem não quiser ver e quem quiser estar de volta deste documento com os pontos e com as vírgulas é que pode tecer determinadas afirmações nomeadamente confundir dívida com passivo, salientando que basta ver quais é que são as rúbricas que aqui estão e entram no passivo e naturalmente nada têm que ver com dívida. -----

--- Prosseguiu referindo que efetivamente o que ressalta dos documentos é uma drástica redução do passivo e considera que o passivo que deve aqui ser discutido é o passivo exigível a curto prazo. O passivo exigível a médio/longo prazo, desde que as receitas do Município consigam assegurar o cumprimento do seu pagamento não é efetivamente um problema e o Município nos últimos anos tem reduzido drasticamente o seu passivo de curto prazo. Sublinhou que a Câmara está a fazer um grande esforço de consolidação financeira e o passivo de curto prazo está efetivamente menor, salientando que, do ponto de vista económico-financeiro, a Câmara está efetivamente no bom caminho e o trabalho feito nos últimos anos é de louvar. -----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente ao passivo da RESITEJO, por um lado, e ao facto desta empresa aparecer com dois ou três privados, por outro. Recordou que, como é do conhecimento geral, a Resitejo tem a natureza de uma associação, destacando que é necessário conhecer que natureza jurídica desta empresa e perceber o que a Resitejo vai fazendo.-----

--- Manifestou estranheza por entrarem privados para a Resitejo, sem a aprovação dos municípios, ainda que os estatutos estejam em processo de revisão e questionou como é que os investimentos daquela associação, cujo financiamento vai onerar as contas do Município, são aprovados sem passar pelos órgãos autárquicos, sublinhando que está em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

causa a saúde pública e a limpeza do território, mas também que este processo seja feito de forma eficiente e se tiver menores custos será melhor para o município de Santarém. -

--- Retomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** que clarificou a posição da CDU relativamente aquilo que foi referido pelo anterior orador, afirmando que, se é verdade que em relação às contas da empresa municipal Águas de Santarém sempre tem havido da parte da Coligação Democrática Unitária voto favorável, já em relação à empresa Viver Santarém, o voto não foi favorável. -----

--- Referiu que a intervenção do senhor deputado Ramiro Matos o fez recordar-se da afirmação de um senhor deputado do Partido Social Democrata, que disse que “*o país está melhor embora os portugueses estejam pior*”, as contas do Município poderão estar melhor embora os números evidenciem que não estão melhores porque a dívida a fornecedores e parte da dívida à banca é dívida de curto prazo e, além disso, o passivo naturalmente que tem que ser tido em conta quando se faz a apreciação das contas do município, ou de qualquer empresa, e os indicadores que são apresentados não levam a que se possa estar confiante, nem no futuro de curto prazo, e muito menos no de médio e longo prazo. -----

--- De seguida, o senhor **Joaquim Neto** realçou, relativamente à Viver Santarém, que os vereadores do Partido Socialista em dois mil e catorze abstiveram-se e em dois mil e treze votaram contra, pelo que, no seu entender, não se pode tentar fazer uma generalização sem saber-se em concreto o que se passou. -----

--- Seguidamente, o senhor **Vítor Franco** sublinhou, em primeiro lugar, que o Bloco de Esquerda gostaria de declarar, mais uma vez, que é favorável à venda da quota do CNEMA – Centro Nacional de Exposições o que reverteria numa receita significativa para o Município, realçando que o Bloco de Esquerda apresentou um conjunto de propostas, ainda em campanha eleitoral, no sentido de apresentar soluções financeiras para a situação da Câmara Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Considerou que existe uma dívida e uma gestão ruínosa que começou na altura do Partido Socialista e que foi muito agravada pela gestão do Partido Social Democrata até agora. -----

--- Teceu algumas considerações sobre a RESITEJO referindo que sendo uma entidade que é uma associação composta por municípios deveriam ser prestados mais esclarecimentos acerca do funcionamento desta empresa. -----

--- Prosseguiu, referindo que o Bloco de Esquerda, da avaliação que efetuou, concluiu que o estatuto legal da RESITEJO implica que a sua dívida releve para o valor total da dívida dos municípios que dela fazem parte. Salientou que se está a falar de um problema ambiental e de uma política ambiental que envolve muitos milhões e que necessita de ser debatida de forma própria na Assembleia Municipal. -----

--- Concluiu manifestando o seu agrado de ver a Coligação Democrática Unitária a votar contra e seus argumentos, contudo a CDU absteve-se no orçamento da Câmara Municipal de Santarém e têm-se abtido sempre até agora nas decisões fundamentais, nomeadamente orçamentos e relatório e contas. Questionou quando é que o Partido Socialista começa a votar contra as coisas que acha que estão profundamente erradas. -----

--- De imediato, o senhor **José Luís Cabrita** interveio em direito de resposta, dizendo que o sentido de voto da Coligação Democrática Unitária vai sempre em conformidade com a apreciação que fazem das propostas, das conclusões que tiram acerca dos seus benefícios ou não para as populações, e não em função da apreciação que o Bloco de Esquerda faz relativamente ao voto da Coligação Democrática Unitária. -----

--- A seguir, o senhor **António João Henriques**, Presidente da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, protestou pela demora na apreciação deste assunto considerando a mesma improdutiva. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** clarificou que os tempos estabelecidos no regimento da Assembleia se encontram a ser cumpridos. -----

--- Seguidamente o senhor **Presidente da Câmara** quanto à questão da leitura política e do passivo e da dívida disse que, relativamente às contas do Município já estão mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

baixas, há menos um quarto da dívida, o que pode verificar-se na prestação de contas de abril. Relativamente à questão do consolidado salientou que a autarquia tem investimento e não se pode querer que por um lado haja investimento e depois quando ele aparece refletido no lado do passivo e também na parte da dívida não o querer considerar. Portanto o caminho está a ser feito, há uma estratégia clara que está a resultar. -----

--- Recordou que o município recebe, mensalmente, relativamente a dois mil e onze, menos cento e dez mil euros no orçamento, e este valor a menos todos os meses é bastante dinheiro e leva-nos numa crise global que todos conhecemos. -----

--- Relativamente à questão do grupo e das contas consolidadas esclareceu que foram consideradas as duas entidades que temos a Águas de Santarém e a Viver Santarém. Disse também que a Viver Santarém neste aspeto não consolida muito, ou seja é uma empresa mais pequena e a grande parte da consolidação é feita pela Águas de Santarém, empresa que, como é fácil de constatar, basta andar pelo concelho, está com obras de muitos milhões de euros que têm que estar refletidas neste documento. -----

--- Concordou com as afirmações proferidas pelo senhor deputado Ramiro Matos acerca do que é o passivo de curto prazo e o passivo de médio e longo prazo. É claro que se a dívida foi consolidada se passou de curto prazo para médio e longo prazo e isso são evidências, não há nada a fazer, os documentos e os números estão cá, basta olhar para eles.-----

--- Manifestou a preocupação do executivo relativamente ao facto do passivo da RESITEJO se refletir na dívida do Município, o que traz transtorno para a dívida bruta e relativamente a outros investimentos que se pretendem fazer, assim como também para os outros municípios que fazem parte da RESITEJO.-----

--- Sobre a questão dos privados, confirmou que a senhora Vereadora Inês Barroso, numa reunião em que esteve presente, em representação do Município de Santarém, foi surpreendida com a presença de três privados dentro da Associação. Foi uma situação que foi colocada, segundo a empresa, como sendo uma necessidade e que teria que ser votado imediatamente.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Disse também que outra coisa que tem sido objeto de preocupação prende-se com a taxa de gestão de resíduos, salientando que o município de Santarém tem uma fatura muito elevada a qual se faz sentir nos munícipes que pagam mais por via destes atos de gestão que, muitos deles, não estão diretamente relacionados com a autarquia. Salientou que depois do investimento de dezoito milhões de euros no tratamento mecânico biológico a RESITEJO estava obrigada a depositar em aterro só vinte por cento dos resíduos, mas ainda deposita cinquenta e dois por cento e, por via disso, a TGR tem um agravamento. O Município já questionou a situação tendo sido respondido que não se conseguiu implementar o tratamento mecânico biológico em muitos locais, assim sendo, a Autarquia aguarda novos desenvolvimentos. Considerou que neste caso fazia sentido a entidade gestora não agravar a taxa. Reforçou que os estatutos estão em revisão esperando-se que venham clarificar muitas dessas situações e recordou que esses estatutos terão que ser submetidos à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal.-----

--- Quanto à questão do voto à esquerda e voto à direita considerou que os partidos votam de acordo com as suas convicções.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa às **Contas Consolidadas do Município de Santarém do ano de dois mil e catorze**, nos termos do número dois do artigo setenta e seis da Lei setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, cinco votos contra e catorze abstenções.

--- **PONTO QUATRO – PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PREVISTAS NO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Em cumprimento das deliberações camarárias, tomadas por unanimidade em um e em quinze de junho de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a essa Assembleia que, nos termos da alínea b) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei setenta e cinco/dois mil e três, de doze de setembro, conjugado com a alínea d) do artigo quinze e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

do número dois do artigo dezasseis ambos da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, delibere aprovar a proposta de suspensão do pagamento das taxas de ocupação de via pública previstas no artigo vinte e três, número quatro do Regulamento e Tabela Geral de Taxas, com base nos fundamentos expressos nas informações número cinco e sete, da senhora Vereadora Susana Pita Soares, que se anexam, e considerando ainda que, segundo informação da Divisão de Finanças o valor de quebra estimada na receita é de oito mil trezentos e setenta e sete euros”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de suspensão do pagamento das taxas de ocupação de via pública previstas no Regulamento e Tabela Geral de Taxas**, nos termos da alínea b) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO E RESPETIVA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DO PLANALTO DE SANTARÉM**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do PS e da CDU e com os votos a favor dos senhores Presidentes e Vereadores do PSD, na reunião de quinze de junho de dois mil e quinze, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da Proposta de delimitação da Área de Reabilitação e respetiva Operação de Reabilitação Urbana - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Planalto de Santarém, de acordo com os artigos números treze e dezassete do Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na redação dada pela Lei número trinta e dois/dois mil e doze, de catorze de agosto”. -----

--- Tomou a palavra o senhor **Armando Rosa** que começou por referir que o Movimento Mais Santarém considera que este ponto é bastante importante e já como de declaração de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

voto informou que vai votar contra a proposta de delimitação da área de reabilitação e respetiva operação de reabilitação urbana pelas seguintes razões: -----

--- “Primeiro: o trabalho de análise na delimitação da ARU foi feito sem qualquer base histórica, os erros de análise são muitos e gravosos e só denotam uma má compreensão do território onde está a ser proposto o plano que parece feito à medida dos interesses estratégicos do executivo e não aos de uma urbe que se quer reabilitada em todas as suas vertentes, habitacional, monumental e pública. Muito teria sido útil à equipa que elaborou este programa a consulta do ciclópio trabalho de investigação e registo, levado a cabo entre mil novecentos e noventa e seis e dois mil e dois, patrocinado pela Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Segundo: excluíram-se do planalto áreas que pertencem à sua unidade morfológica intrínseca, nomeadamente o antigo Campo Sá da Bandeira, os grandes conjunto edificados que correspondiam aos antigos conventos mosteiros com as suas cercas, os antigos palácios envolvente e, pasme-se, o edifício do Ex presídio militar e a sua envolvência também não estão incluídos na ARU. Por outro lado as intervenções indicadas pouco ou nada virão a contribuir para o desenvolvimento integrado da área. -----

--- Pergunta-se: onde está pensada a articulação do planalto com os bairros ribeirinhos, onde estão as medidas efetivas e verdadeiramente catalisadoras de renovação do parque habitacional, do estacionamento, do desenvolvimento do comércio, das condições para a implementação de unidades hoteleiras, de restauração, de vivência cultural, de transportes públicos, de percursos pedonais ancestrais existentes, de um parque verde urbano de ligação e vivência com o rio, de controlo e renovação vegetal das encostas e da sua consolidação. -----

--- Conclusão: de um modo geral este PERU peca por uma incorreta análise da delimitação da área e onde as medidas a implementar pouco ou mesmo nada irão contribuir para que daqui a quinze anos se venha a sentir uma melhoria e dinâmica catalisadora de inversão deste estado degradante em que toda esta área se encontra. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Este PERU é a consequência de um trabalho executado por técnicos aparentemente desprovidos de sensibilidade histórica e cultural e onde não existiram contributos da sociedade civil. Isto não chega a ser um PERU talvez apenas uma galinha coxa e doente que só com grandes intervenções poderá ser recuperada.” -----

--- Depois, o senhor **Gonçalo Martinho Rosário** declarou que o Partido Socialista está sempre do lado de iniciativas e propostas que procurem repovoar o centro histórico da cidade, que procurem dinamizar também o comércio e que tenham como objetivo a regeneração do centro histórico. -----

--- A este propósito perguntou se efetivamente esta área de reabilitação urbana e o consequente plano estratégico está inserido numa visão mais global para a cidade porque só se houver essa visão mais global para a cidade é que o Partido Socialista considera que será mais vantajoso para o investidor e para os proprietários a reabilitação em detrimento da construção mais fácil nas periferias. Constituindo um desafio enorme. Acrescentou que, uma vez que os limites poderão ser analisados, poderão ser corrigidos anualmente mediante apresentação de propostas, não tem nada a opor relativamente aos limites definidos, todavia o Partido Socialista vê com alguma preocupação que setenta por cento dos edifícios que estão inseridos nesta área de reabilitação urbana sejam construções de madeira e pedra, construções com muitos anos que para respeitarem e para conferirem novas características ao espaço em termos das suas funcionalidades e das suas características espaciais vão obrigar a intervenções ao nível estrutural que vão ter significado. -----

--- Referiu que o Partido Socialista gostava de saber quais os incentivos, quais as hipóteses que existem em termos de dotação para intervenções deste tipo, de modo a que as mesmas se possam constituir como uma iniciativa interessante. Também gostava de perceber como é que vai ser feita essa definição das comparticipações, se está prevista alguma base de dados com valores unitários tipificados para determinado tipo de intervenções e deste modo ser um suporte interessante para os investidores e para os proprietários que queiram desenvolver ações também de reabilitação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Disse ainda que nas fichas fornecidas relativamente ao investimento público de iniciativa municipal que serão financiados com capitais públicos e comunitários, gostava que houvesse uma melhor especificação ao nível dos valores necessários para estas operações bem como se todas estas fichas têm por detrás projetos e em que estado é que eles estão, designadamente, se já foram propostos para serem candidatados a fundos comunitários ou não ou se são ainda meras intenções generalistas. -----

--- Concluiu, afirmando que o Partido Socialista está do lado do repovoamento do centro histórico, da sua regeneração urbana e da dinamização do comércio tradicional pelo que vai votar favoravelmente esta proposta. -----

--- A seguir o senhor **José Luís Cabrita** disse saber que este documento depois de aprovado em reunião de Câmara e na sessão da Assembleia Municipal irá ser objeto de discussão pública, todavia, no seu entender, merecia um debate prévio mais aprofundado, não apenas com os Partidos da oposição mas envolvendo também as forças vivas da cidade no sentido de procurar encontrar a melhor solução para o planalto. -----

--- Salientou que o documento lhe oferece várias dúvidas que já foram colocadas na reunião de Câmara, havendo um conjunto de objetivos enunciados que não consegue entender muito bem em relação ao que o Executivo Municipal pretende alcançar. -----

--- Um deles refere-se à Loja do Município que se encontra prevista no projeto apresentado e o Museu de Santarém para lotes da ex-Escola Prática de Cavalaria. Também não consegue descortinar no documento enviado qualquer plano no que respeita ao aproveitamento das instalações da Escola Prática de Cavalaria, sublinhando que, no essencial, são estas as interrogações que condicionam o voto da CDU, esperando que no período de discussão pública a que a lei obriga haja uma participação dos cidadãos no sentido de corrigir aquilo que porventura não esteja bem e, de encontrar a melhor solução para o planalto. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que os limites podem ser corrigidos mas justamente alguns dos que referiram são contíguos ao centro histórico e à limitação da Área de Reabilitação Urbana. Explicou que neste momento se passa de uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

ARU simples para uma ARU sistemática e com esta alteração e com este aumento da delimitação pretende-se introduzir uma série de projetos e uma série de possibilidades de investimento na Escola Prática de Cavalaria. -----

--- Referiu que todos os municípios com as nossas características vão ter que fazer os seus planos estratégicos de desenvolvimento urbano e a Câmara Municipal está a trabalhar nesse sentido, ou seja, está-se a aumentar a área de intervenção e do ponto de vista dos fundos comunitários espera-se cativar mais investimento para estas zonas. -----

--- Respondendo ao deputado Martinho do Rosário relativamente aos incentivos, disse que a Câmara Municipal tem o Imposto Municipal sobre Imóveis com isenções até cinco anos, no IMT, a primeira venda após a reabilitação o Imposto sobre o Valor Acrescentado a uma taxa reduzida, o que é significativo. -----

--- Relativamente à questão dos valores disse que constam nas fichas. Sobre a questão do que vem elencado do museu de Santarém disse que se refere ao museu adstrito à reserva municipal e relativamente a algumas situações constitui uma base para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU. -----

--- Após esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de delimitação da Área de Reabilitação e respetiva Operação de Reabilitação Urbana - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Planalto de Santarém**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com trinta e seis votos a favor, dois votos contra e seis abstenções. -----

--- O senhor **Armando Rosa** considerou a sua intervenção declaração de voto. -----

--- **PONTO SEIS – PROPOSTA DE CORREÇÃO DA ÁREA DO PEDIDO DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – RESITEJO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada por unanimidade na reunião de quinze de junho de dois mil e quinze, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da proposta de suspensão parcial, pelo período de dois anos, do Plano Diretor Municipal, bem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

como as Medidas Preventivas, para a área de dez mil e cinquenta e oito vírgula dezoito metros quadrados, correspondente à área onde se encontram instaladas infraestruturas destinadas às operações de gestão de resíduos da iniciativa e responsabilidade da Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, de acordo com a alínea b) do número dois do artigo cem e do número um do artigo cento e nove do Decreto-lei número trezentos e oitenta/noventa e nove, de vinte e dois de setembro, na redação dada pelo Decreto-lei número quarenta e seis/dois mil e nove, de vinte de fevereiro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT))”.

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de correção da área do pedido de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal – Resitejo**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.

--- PONTO SETE – PROPOSTA DE REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA MUNICIPAL.

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e três de junho de dois mil e quinze, tomada por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária e do PS – Partido Socialista e votos a favor do senhor Presidente e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata, e em cumprimento do número um do artigo dezanove do Decreto-Lei número sete/dois mil e três, de quinze de janeiro, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia a aprovação da Revisão da Carta Educativa Municipal, que anexo”.

--- Foi dada a palavra ao senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que manifestou a sua tristeza por não ter sido contactado pela Câmara no sentido da Junta de Freguesia de Alcanhões emitir parecer sobre este assunto.

--- Disse estar a ver dois critérios, um deles é a parte do núcleo escolar ao qual a Câmara comprou um terreno para edificar esse mesmo núcleo escolar e que vê que se encontra em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

análise e, por outro lado vê dois edifícios do ensino básico do primeiro ciclo que carecem de pequenas intervenções. -----

--- Destacou que gostaria de saber qual é a posição do executivo, relativamente aos edifícios da escola do ensino básico do primeiro ciclo. Disse que, na sua opinião não há necessidade de fazer um núcleo escolar em Alcanhões até porque há uma sala de aulas vazia neste momento e existem três turmas na escola acima referida. Referiu que, em termos de demografia, Alcanhões apresenta um valor positivo, considerando que é suficiente para servir as crianças de Alcanhões, proceder à reconstrução dos edifícios com dignidade e a remodelação dos sanitários, assim como o telhado, por isso gostaria ser esclarecido em relação a esta matéria.-----

--- Seguidamente, a senhora **Sandra Barreiros Dinis** referiu que, em dois mil e seis, na última carta educativa estava previsto para a freguesia do Vale de Santarém o centro escolar e a ampliação e requalificação da escola do ensino básico do primeiro ciclo e jardim-de-infância do Vale de Santarém, passados nove anos e com a nova carta educativa foi retirado o centro escolar e colocado na zona norte do concelho, mantendo-se em avaliação a ampliação e requalificação da escola do ensino básico do primeiro ciclo e jardim-de-infância, continuando sem certezas da realização das tão necessitadas obras.--

--- Realçou que sem querer entrar em pormenores da situação vivida naquela escola nos últimos nove anos, que é do conhecimento do executivo municipal, agrupamento de escolas Alexandre Herculano e o Delegado de Saúde não pode deixar de estranhar que ignorem a urgência da intervenção na escola e classifiquem, erradamente, a mesma e as suas respetivas valências. A classificação dada ao polivalente e ao refeitório é, no mínimo gozar com as crianças e os pais, o espaço é o mesmo e é impossível como está a funcionar que seja considerado bom, assim como a pré-escola é considerado como bom sendo este inexistente. -----

--- Perguntou se de facto a prioridade naquela escola é a biblioteca, e quais os critérios de avaliação para chegar a tal prioridade. Questionou se dentro das necessidades diagnosticadas não será mais importante criar condições físicas, ambientais para as nossas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

crianças, professores e auxiliares operacionais.-----

--- Salientou que o Vale de Santarém precisa com urgência de obras que tornem a escola um verdadeiro espaço de ensino e aprendizagem e que deve ser considerada prioridade para a Câmara Municipal, sublinhando que enquanto eleita municipal e natural do Vale de Santarém não posso aceitar o diagnóstico apresentado e a calendarização das obras. -----

--- A seguir o senhor **José Carlos Antas** referiu que, na sua opinião, este documento que está em apreciação é dos mais importantes da ordem de trabalhos.-----

--- Disse tratar-se de um planeamento, de um projeto para a organização estrutural futura da educação no município e infelizmente mais uma vez vê adiado o projeto de ampliação e requalificação da escola do ensino básico e jardim-de-infância do Vale de Santarém. -

--- Referiu que há cerca de dois anos esta escola recebeu os alunos de uma escola que fechou e também duas salas de jardim-de-infância. Posteriormente recebeu ainda as crianças de outro jardim-de-infância que se situava no edifício Aristides Graça e que estava e está em mau estado.-----

--- Prosseguiu referindo que atualmente todas as crianças estão concentradas na mesma escola o que provoca alguns constrangimentos com salas muito lotadas e crianças de várias idades. O refeitório polivalente é no mesmo local. Sublinhou que na avaliação do documento a classificação de “bom” para os dois espaços está errada pois não discutindo o bom para um, imperava o inexistente para o outro. -----

--- Realçou que as soluções apontadas no documento em questão, são empurradas para dois mil e dezoito/dois mil e vinte, prioridade média, e contemplam essencialmente uma biblioteca, o que é algo que considera manifestamente insuficiente para as necessidades da escola. Por outro lado, no projeto está inscrito um milhão de euros que parece muito mas dividido pelas dez escolas contempladas nesse projeto a média fica cem mil euros pelo que se houver uma ou duas escolas com necessidade de uma intervenção mais dispendiosa sobrarão muito pouco para as outras. -----

--- Concluiu, dizendo que por tudo isto e por uma questão de coerência irá votar contra esta proposta. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- De seguida o senhor **Manuel João Custódio**, Presidente Junta de Freguesia do Vale de Santarém, sublinhou que as suas preocupações em relação à educação são muito grandes. Referiu que o Executivo Municipal conhece a situação no Vale de Santarém e disse acreditar que alguma coisa se irá fazer no sentido de as resolver. -----

--- Referiu que o Vale de Santarém é considerado quase uma freguesia urbana com mais de três mil habitantes e que no Centro de Saúde estão inscritos cerca de quatro mil utentes. Realçou que a escola do primeiro ciclo do Ensino Básico e jardim-de-infância tem seis salas repletas de alunos, não havendo espaço para mais. O refeitório da escola está repleto de mesas para refeições, já não existe polivalente. O telheiro que existe no recreio tem cinquenta metros quadrados e quando chove não há espaço para as crianças se abrigarem. A sala dos professores está a ser ocupada e o que está a dar apoio aos professores são duas salas de arrumos. A cozinha também está degradada. Frisou que, depois do encerramento do jardim-de-infância número dois e do edifício Aristides Graça tudo se instalou na Escola Básica do primeiro ciclo do vale de Santarém, que atingiu o limite. -----

--- Solicitou ao Executivo Municipal para que olhe com outra visão para este assunto porque é um problema grave que está a acontecer no Vale de Santarém ao qual a Junta de Freguesia não consegue dar resposta. -----

--- Depois a senhora **Dina Rocha** disse estar na presença de um documento exaustivo tal como qualquer carta educativa que, certamente, cumpre o que normativamente faz parte dos preceitos das cartas educativas mas, na sua opinião, alguma coisa terá que ser alterada senão não serve para nada. -----

--- Referiu que noventa por cento ou mais deste documento é sobre referências e projeções estatísticas. Apelou ao Executivo para que estas projeções possam ser de fácil acesso para qualquer eventual necessidade de algum parceiro ou qualquer cidadão que necessite destes dados. -----

--- Realçou que sobre este assunto algumas questões e considerações se levantam no que diz respeito sobretudo à metodologia do projeto e à sua aplicabilidade. -----

--- No que diz respeito à metodologia perguntou se participaram neste processo, as juntas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

de freguesia do concelho que são os interlocutores privilegiados dada a sua proximidade com as populações, os representantes do Conselho Municipal de Educação neste trabalho e a escola superior de educação. -----

--- Disse esperar que este estudo tenha fácil acesso de modo a que possa contribuir para outros estudos e outras análises bem como para se verificar o cumprimento ou não dos próprios eixos estratégicos que estão delineados. -----

--- Por último aludiu à monitorização que na sua opinião está desenvolvida no estudo de forma passiva e deveria ser proactiva, devendo ser atualizada, implicando esta atualização a alteração no planeamento e nas projeções das próprias ações. -----

--- A finalizar, referiu que está evidenciada no estudo a possibilidade de constituição de uma equipa desta carta educativa, pelo que perguntou se esta equipa já está definida e, caso não esteja, quais são os critérios que presidem a essa definição. -----

--- Seguidamente o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, felicitou o Executivo Municipal na pessoa da senhora Vereadora Inês Barroso pela elaboração da carta educativa de dois mil e quinze que atualiza um conjunto de variáveis com os dados dos censos dois mil e onze e com a nova organização administrativa das freguesias. -----

--- No que se refere a Almoester estranhou que nesta carta educativa a intervenção para Almoester esteja prevista apenas para dois mil e dezassete. Disse ser uma data com a qual não concorda por princípio até porque a carta educativa de dois mil e cinco já referia a urgência da intervenção em Almoester e previa que as obras fossem realizadas em dois mil e sete/dois mil e oito. Mais tarde a revisão da carta educativa que foi feita em março de dois mil e nove mantinha esta prioridade de intervenção. -----

--- Estranhou também que, passando à frente de Almoester, apareça um agendamento para uma intervenção em dois mil e dezasseis. Disse não se pronunciar em concreto sobre essa intervenção dado que não conhece as prioridades mas é uma situação que não estava prevista na anterior carta educativa. -----

--- Teceu algumas considerações relativamente às intervenções do Partido Socialista em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

que basicamente querem retirar o valor que tem este documento no sentido da atualização dos dados para melhor se poder decidir dizendo que não é um instrumento político e que não define prioridades, apelou a todos os senhores deputados municipais e aos senhores presidentes de junta presentes que se assumam como verdadeiros blocos ou tijolos vivos na construção de uma solução para as crianças de Almoester, que já tarda. -----

--- De seguida o senhor **José Luís Cabrita** lamentou que um documento desta importância não venha acompanhado de um parecer do Conselho Municipal de Educação que, na sua opinião, se devia pronunciar claramente sobre o conteúdo do documento. -----

--- Em seu entender, este documento é revelador da falta a visão política do executivo municipal em termos de educação para o concelho e aquilo que transparece é o esvaziamento ainda maior do centro histórico com o encerramento da Escola de Salvador. Sublinhou a preocupação cada vez maior desertificação da zona histórica porque fecham lojas, porque diminui a população que nele reside, porque aquela que vai ficando é cada vez mais idosa e as poucas crianças que ainda o frequentavam por força da escola, acabam por abandoná-lo também e ser enviadas para o Centro Escolar do Sacapeito. -----

--- Em termos de freguesias rurais aquilo que constata é que o documento não apresenta qualquer política e o pouco que apresenta conduz também ao acentuar da sua desertificação. Exemplificou com Vaqueiros que viu encerrar os seus serviços na área da educação, assim como muitas outras freguesias têm vindo a ver os seus equipamentos escolares a degradar-se e a serem abandonados. -----

--- Referiu que por força da redução do número de alunos e também por força da não criação de condições de instalação nessas freguesias para casais jovens, a médio prazo as aldeias e vilas irão encontrar-se completamente desertas, uma vez que se retiram de lá os serviços a tendência será para que as pessoas lá não se instalem. -----

--- Disse esperar que a curto prazo o Executivo Municipal se debruce mais aprofundadamente sobre esta questão, envolvendo não apenas os encarregados de educação e os professores mas também as escolas e os estabelecimentos de ensino superior que existem no concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Declarou que o documento apresentado não faz qualquer referência à educação de adultos e a verdade é que o nível de analfabetismo no que respeita aos adultos ainda continua a ser demasiadamente elevado e este é um problema que afeta não apenas os habitantes da sede do concelho, mas fundamentalmente das freguesias rurais, parecendo-lhe que a carta educativa deveria fazer alguma referência a esta matéria. -----

--- Concluiu afirmando estar de acordo com as preocupações manifestadas, nomeadamente no que se refere ao Vale de Santarém e a Almoester. -----

--- Depois, o senhor **Vítor Franco** começou por dizer que, na sua opinião, seria interessante acompanhar este debate com a petição da Associação de Pais da Escola de Salvador expressando um conjunto de preocupações contra o encerramento da escola, e que poderia ajudar numa reflexão até porque é subscrita por um número bastante significativo de pessoas.-----

--- Salientou duas questões que lhe parecem fundamentais: -----

--- A primeira é a de que o Município de Santarém há alguns anos assinou um acordo de transferência de competências com o Ministério da Educação e várias vezes o senhor Presidente da Câmara declarou que esse acordo de transferência de competências custava seiscentos mil euros por ano ao Município de Santarém, pelo que, muito justamente, um conjunto de presidentes de junta de freguesia ou deputados que se relacionam com as freguesias colocam preocupações quanto à sua freguesia porque algumas obras que se estão aqui a discutir na carta educativa são prejudicadas por esse acordo que a Câmara Municipal fez no anterior executivo. -----

--- Em segundo lugar considerou interessante enquadrar este assunto na recente proposta de transferência de competências do atual governo para as Câmaras Municipais e que apenas onze Câmaras Municipais aceitaram. -----

--- Considerou, todavia, que o documento em apreço tem algum valor pelo que se irá abster, manifestando, contudo, a sua preocupação porque uma política educativa não pode estar apenas subordinada àquilo que são as características demográficas, tem que estar também enquadrada naquilo que deve ser uma política proactiva do município para aquilo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

que quer para as crianças e jovens do seu concelho, esperando que as futuras revisões possam ter contributos positivos de melhoria. -----

--- Depois o senhor **António João Henriques**, Presidente da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém) recordou que no Vale de Santarém foi rejeitada a instalação de uma escola privada que ficou depois em Tremês, porque a CDU; na altura, concordou com a instalação de uma escola privada. -----

--- O senhor **Manuel João Custódio**, Presidente da Junta de Freguesia do Vale de Santarém, salientou que o que está em causa é o presente e o futuro da escola do Vale de Santarém sendo essa a sua preocupação.-----

--- De seguida o senhor **Joaquim Neto** disse tratar-se de um documento muito técnico e que a evolução demográfica condiciona de alguma forma as intervenções que possam existir. Salientou também a importância da monitorização.-----

--- Referiu ter ficado claro nas intervenções dos Presidentes de Junta que as suas preocupações não foram ouvidas. Alertou o Executivo Municipal para que pondere as prioridades que são definidas nesta carta escolar porque, no seu entender, é aquilo que do ponto de vista político pode marcar este documento. -----

--- Considerou não fazer sentido que a realidade escolar no Vale de Santarém se mantenha igual ao que era há dez anos. Salientou que Amiais de Baixo tem uma escola semelhante à do Vale de Santarém em termos de tipologia, a qual foi objeto de um investimento a nível do refeitório que é algo que faria todo o sentido executar no Vale de Santarém com urgência. -----

--- Sublinhou que é necessário a Câmara reavaliar as prioridades que constam neste documento para Almoester e, sobretudo no caso concreto do Vale de Santarém, porque as perspetivas vão no sentido de não haver qualquer investimento durante este mandato naquela escola quando basta ir ao local para se perceber da necessidade desse investimento.-----

--- Retomou a palavra o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, que clarificou que nos últimos mandatos não se verificou qualquer intervenção em escolas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

de Almoester, salientando não se tratar sequer do alargamento da mesma mas criar o mínimo de condições para as crianças.-----

--- Depois a senhora **Maria Alecta Ferreira** Proferiu a seguinte intervenção que considerou como declaração de voto: “Desejo começar a minha intervenção salientando e congratulando-me com a elevada qualidade do documento em análise pelo qual felicito vivamente a equipa da educação da Câmara Municipal e de uma forma muito particular o Grupo de trabalho que procedeu à sua elaboração, coordenado pelo Dr. José Luís Avelino, pessoa que sempre se tem distinguido pela enorme competência, envolvimento e profissionalismo manifestado nos múltiplos projetos em que se envolveu como foi o caso da carta educativa aprovada por esta assembleia em dois mil e seis e agora em revisão. Tratou-se de um documento profundamente inovador, consistente que procurou com coerência e realismo materializar aspetos muito relevantes da política educativa municipal.

--- Contextualizando a minha análise da carta educativa municipal em revisão, devo referir que ela tem como horizonte de sentido o quadro axiológico definido no plano educativo atualmente em fase de conclusão e que me permite recordar aqui: -----

--- A educação deve ser afirmada como eixo fundamental do projeto político do município e constituir o quadro de referência integrador das suas estratégias de desenvolvimento.--

--- A educação é uma responsabilidade de todos, a família, a escola e a sociedade em geral deverão numa planificação conjunta e partilhada assumir-se como agentes de conhecimento, lugares de aprendizagem e agentes educativos. -----

--- Este enquadramento teórico fundamenta que o processo de revisão da carta educativa do município de Santarém procure atingir os seguintes objetivos fundamentais que me permito reproduzir aqui: -----

--- Identificar as principais transformações ocorridas na envolvente territorial socioeconómica;-----

--- Proceder a uma atualização do diagnóstico da carta educativa com realce para a componente da oferta e da procura de ensino; -----

--- Elaborar uma proposta de intervenção sustentada na rede educativa concelhia;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Implementar o programa de execução com a calendarização de ações e plano de financiamento com as estimativas de custos das referidas ações. -----

--- Ora, de acordo com o Decreto-lei sete/dois mil e três a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de acordo com as ofertas de educação.

--- Assim sendo, este documento é constituído sobre uma análise muito minuciosa e consistente da realidade sociológica e geográfica económica e pedagógica do concelho de Santarém disponibilizando dados extremamente significativos aos diversos agentes envolvidos no processo educativo.-----

--- Toma em conta e informa-nos sobre o grau de consecução dos projetos integrantes da anterior carta educativa evidenciando uma atitude de avaliação permanente que é condição de um caminhar sustentado e coerente. Permito-me relembrar alguns dados dessa avaliação pertinentes para a nossa análise. -----

--- A carta educativa do concelho de Santarém homologada em dois mil e seis estava organizada em projetos estruturantes e projetos complementares. No que diz respeito aos primeiros, de maior impacto, estes incluíam vinte e quatro ações no investimento total aproximado de vinte e seis milhões de euros organizados em oito medidas. Até ao momento foram executados cinco projetos no valor total de aproximadamente nove milhões de euros. O pavilhão desportivo da Escola Mem Ramires, Centros Escolares de Alcanede, Jardim de Baixo e Sacapeito e requalificação da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos de Pernes. Duas ações encontram-se em projeto elaborado, Pavilhões Desportivos das escolas de Alcanede e de Pernes, prevendo-se a sua execução em dois mil e quinze e dois mil e dezasseis. -----

--- Atendendo às alterações registadas na procura educativa e nas dinâmicas territoriais seis projetos encontram-se abandonados, novas instalações para a Escola Profissional do Vale do Tejo, EB dois três do Vale de Santarém, núcleos escolares da Póvoa da Isenta e Alcanede Norte e Jardins de Infância de Nossa Senhora da Saúde e de Tremês. -----

--- Os restantes onze projetos encontram-se em análise de avaliação estando as decisões

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

de avançar dependentes do próprio processo de revisão da carta educativa, bem como das disponibilidades financeiras da autarquia. -----

--- Além dos projetos previstos na carta educativa vigente foram desenvolvidas outras ações com impactos consideráveis na melhoria da qualidade da oferta educativa do concelho. Neste quadro de referência importa destacar dois projetos. Um, a requalificação e ampliação da escola secundária de Sá da Bandeira inaugurada em outubro de dois mil e dez, no valor total de catorze milhões de euros, novas instalações do Conservatório de Música inaugurado em setembro de dois mil e onze no valor total de cerca de um milhão de euros. -----

--- Importa ainda salientar as seguintes ações: biblioteca da EB um, jardim-de-infância do Vale de Santarém, sala de apoio às unidades de apoio a terapias na Escola dos Leões, Unidade de Multideficiência da escola básica Mem Ramires. -----

--- De facto qualquer carta educativa deve ser encarada como um processo em permanente avaliação e atualização no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do Município assim como das transformações da política educativa local e nacional. -----

--- Assim, são elencados neste documento quatro princípios que deverão orientar a estratégia de intervenção na rede de equipamentos de ensino do município de Santarém e que pela sua relevância em termos de análise me proponho recordar: equidade, integralidade do percurso escolar, policentrismo, racionalidade e eficiência. -----

--- Em face do exposto considera-se que o objetivo central da carta educativa do Município de Santarém consiste na criação das condições materiais e imateriais necessárias à prossecução de uma política educativa e de formação de qualidade, contribuindo para o sucesso educativo e para a formação das crianças e alunos nas suas diversas dimensões.

--- Adicionalmente pretende contribuir-se para a consolidação de uma rede de equipamentos educativos com elevados níveis de eficiência e qualidade no contexto de modelação de um sistema territorial e urbano equilibrado e policêntrico. -----

--- O objetivo das intervenções propostas é pois contribuir de uma forma decisiva para o aumento da qualidade dos processos de aprendizagem em contexto escolar. Por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

consequente pretende-se apetrechar os diversos estabelecimentos das condições necessárias à melhoria do sucesso educativo e à redução do abandono escolar dotando-as das respostas educativas necessárias para fazer face aos ritmos acelerados de evolução tecnológica. -----

--- Naturalmente que a implementação destes objetivos se concretiza no documento num conjunto de intervenções que se me afiguram muito adequadas ao fornecimento ou melhoria das condições materiais de promoção do sucesso educativo e da consequente luta para redução do abandono escolar, objetivo no qual tem havido assinaláveis sucessos.---

--- De salientar ainda que sendo a carta educativa do município de Santarém um documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado, dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, importa ter em consideração o facto de se tratar de um instrumento flexível, fruto das diversas variáveis que poderão levar à necessidade de reajustamentos. -----

--- Deste modo, julgo ser da maior importância que a carta educativa contemple um adequado processo de monitorização e avaliação de modo a que se estabeleçam as necessárias inflexões e reorientações de acordo com as novas dinâmicas do território e do sistema educativo. -----

--- Desejo ainda salientar que as propostas que o documento em análise apresenta decorrem, a meu ver, do cruzamento inteligente e criativo de três eixos fundamentais:---

--- **Um** - A pirâmide etária do concelho, uma realidade que não pode continuar a ser ignorada em nome de concepções desenvolvimentistas megalómanas. -----

--- **Dois** – O dever de qualquer política responsável de atender sempre à eficiência dos projetos programados respeitando escrupulosamente a gestão dos dinheiros públicos. A construção do nosso futuro coletivo que no domínio da educação assume a relevância muito particular impõe que abandonemos miragens e nos concentremos na procura de caminhos sustentáveis, consistentes, equilibrados e solidários. -----

--- **Três** – A articulação da gestão das intervenções nos equipamentos educativos com a política desenvolvimento territorial modelando numa perspetiva integrada e equitativa em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

termos de coesão. -----

--- É nossa convicção pois, que esta carta educativa, na sua articulação com os restantes documentos definidores da política educativa do concelho, na sua flexibilidade e abertura ao envolvimento dos diversos agentes educativos e da comunidade em geral constitui um sólido instrumento ao serviço de uma política educativa municipal enraizada no real, que alicerça a nossa esperança de que em conjunto sejamos capazes de proporcionar às nossas crianças e aos nossos jovens condições adequadas à construção por cada um do seu futuro.

--- Por todas estas razões a bancada do PSD – Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este documento e felicita vivamente o Executivo pela elevada qualidade do documento proposto.” -----

--- Seguidamente a senhora **Vereadora Inês Barroso** iniciou a sua intervenção fazendo uma introdução do ponto de vista do enquadramento legal da revisão da carta educativa por considerar que todos devem partilhar da mesma informação e alguma dessa informação que foi debatida na reunião do Executivo pode não ser do conhecimento geral.

--- Recordou que a última revisão se verificou em dois mil e seis, havendo neste momento, a necessidade de reanalisar e reavaliar a Carta Educativa de então. -----

--- Informou que a legislação que rege esta Revisão é o Decreto-Lei número sete/dois mil e três, de quinze de janeiro salientando alguns dos artigos deste Decreto-lei no sentido de se esclarecerem alguns conceitos. -----

--- Começou pelo conceito de carta educativa que é o artigo décimo que refere: “*A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*”-----

--- Acrescentou que o artigo vinte, número dois, ainda esclarece que “*A revisão das cartas educativas é obrigatória quando a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

processo de revisão ser iniciado a solicitação do Ministério da Educação ou das câmaras municipais.”-----

--- Sublinhou que o seu número três diz que “*O Ministério da Educação e as câmaras municipais reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da carta educativa*”, pelo que se considerou urgente fazer esta revisão. Informou também que esta revisão da carta educativa está a ser feita pela mesma equipa técnica aos onze municípios da CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, segundo os mesmos princípios e do ponto de vista técnico a mesma metodologia. -----

--- Reiterou a intervenção da deputada Alecta, afirmando que há três questões que fundamentam e, mais, justificam a revisão da carta educativa, que efetivamente é a agregação de agrupamentos de escolas e desde dois mil e seis houve agrupamentos que se fundiram. Acrescentou que há uma delegação de competências do Ministério de Educação e Ciência no município e há efetivamente uma reorganização administrativas das freguesias que se uniram. Portanto a realidade de dois mil e seis foi completamente alterada havendo necessidade de fazer este documento. -----

--- Prosseguiu referindo que o artigo vinte e um da mesma legislação diz o seguinte; “*Depois de aprovada e ratificada, a carta educativa constitui um instrumento de orientação da gestão do sistema educativo, de acordo com as competências do Ministério da Educação e dos municípios, (...)*” -----

--- Continuou pelos objetivos que são preconizados no âmbito da carta educativa e diz o artigo onze, número três, que “*A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.*” -----

--- Considerou portanto, que sempre que se está a olhar para este documento devemos valorar do ponto de vista técnico que a projeção demográfica aponta para uma diminuição substancial da população escolar. Em função dessa diminuição o que poderá vir a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

acontecer é tentar-se rentabilizar recursos, equipamentos, materiais e até recursos humanos, sempre na perspectiva de se criarem as melhores condições possíveis em termos do desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem e das condições inerentes para tal. -----

--- Destacou ainda o artigo quinze relativamente aos princípios da rede educativa, que diz que *“O ordenamento da rede educativa deve, considerando o disposto nos artigos trinta e sete a quarenta e um da Lei de Bases do Sistema Educativo, estruturar-se de acordo com os seguintes princípios gerais:* -----

--- a) (...)-----

--- b) *Sequencialidade entre os diferentes ciclos do ensino básico, de acordo com o definido na Lei de Bases do Sistema Educativo, como elemento propiciador do cumprimento, com sucesso, do percurso da escolaridade obrigatória, e como reconhecimento de que este percurso se deve efetuar, de preferência, numa única escola ou agrupamento de escolas;(...)”* -----

ou seja, prosseguiu, se efetivamente a população continua a diminuir por mais que se faça um esforço no sentido de proporcionar os mesmos recursos aos alunos nunca se conseguem ter as mesmas condições. Equiparam-se naquilo que é básico, que é fundamental para o funcionamento nos quadros interativos para as aulas, no ar condicionado, no serviço das refeições, no serviço de transportes, naquilo que é básico, mas, realçou, é completamente distinto o processo de ensino/aprendizagem de um jovem que está numa escola com nove ou dez alunos numa zona rural, de afastamento por exemplo em relação às sedes de freguesia, de uma escola com quarenta, cinquenta, sessenta alunos, que tem do ponto de vista social outra riqueza formativa para cada um dos alunos que a frequenta. -----

--- Continuou, referindo que quando o documento apresenta propostas de, eventualmente, poder vir a ser encerrado um estabelecimento e se agregar num só a Escola básica e Jardim-de-infância, o documento está a cumprir o que a lei preconiza ou seja, está a dar orientações sobre aquilo que deve ser feito para se rentabilizarem recursos. A título de exemplo referiu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

que uma biblioteca que tenha que ter, por exemplo, equipamento informático à disposição dos alunos é completamente diferente se, numa escola de cinquenta alunos, forem colocados vinte ou trinta computadores que podem servir a todos do que ter quatro ou cinco que tem que servir quinze ou vinte crianças. Portanto, disse querer que haja efetivamente uma rentabilização dos recursos que facultamos aos nossos alunos. -----

--- Ainda em relação ao artigo dezasseis disse que se reporta aos objetivos desta carta educativa referindo concretamente:-----

--- *“O ordenamento da rede educativa deve contribuir para os seguintes objetivos: -----*

--- *a) (...) -----*

--- *f) Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, por forma que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma área.”-----*

--- Sublinhou que, mais uma vez, orienta na adequação da oferta e na racionalização da sua distribuição. -----

--- Por último, relativamente ainda à mesma legislação, disse que no artigo sétimo é referida a possibilidade de monitorização da carta educativa, havendo também, por parte do Ministério, um documento específico que apresenta um guião de como pode ser feita esta monitorização.-----

--- Informou que o último Conselho Municipal da Educação decorreu no dia vinte e quatro do corrente mês na Escola EB dois três de Alcanede. Nesse Conselho Municipal de Educação foi aprovada uma proposta de criar uma comissão com três elementos do Conselho Municipal de Educação para irem acompanhando a monitorização da carta educativa.-----

--- Sublinhou que pela primeira vez o Município de Santarém está a trabalhar num documento que é crucial para este Executivo que é um Plano Educativo Municipal. Disse não haver no Município de Santarém até hoje nenhum documento que definisse quais são as estratégias, que planeamento, que metodologias se gostariam de atingir com o trabalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

que é desenvolvido pelos nossos agrupamentos e este documento está a ser produzido, tem linhas orientadoras, está a ser participado com diretores de agrupamentos de escolas, está a ser acompanhado pelas associações de pais. -----

--- Informou que o Conselho Municipal de Educação tem na sua constituição uma representante das juntas de freguesias do nosso concelho que é a senhora presidente da junta de freguesia de Alcanede, uma representante da assembleia municipal que é a segunda secretária da mesa da Assembleia, senhora Ana Teresa. Referiu ainda, que no Conselho Municipal de Educação também tem assento alguns dos membros que hoje estão aqui nesta sala e estão, porque agora a lei assim o obriga, os quatro diretores dos quatro agrupamentos de escolas do nosso concelho ou seja, estão representadas várias instituições, várias entidades do concelho que em matérias de educação podem dar o seu contributo. -----

--- Informou que a revisão da carta educativa foi realizada por uma equipa que, como vereadora da educação, não pode permitir que se belisque a competência técnica da equipa que a constituiu ou seja. Assim, e face a algumas intervenções dos senhores deputados que colocaram em causa a validade técnica do documento solicitou autorização para que o Dr. José Luís Avelino possa no final da sua intervenção prestar alguns esclarecimentos do ponto de vista técnico. -----

--- Prosseguiu, respondendo a questões colocadas pelos senhores deputados referindo que se realizaram várias reuniões com agrupamentos de escolas e com as direções dos agrupamentos de escolas, porque efetivamente, este é um documento que à educação diz respeito, é um documento orientador que obviamente é muito mais abrangente mas que do ponto de vista técnico tem que ser concebido com a educação. -----

--- Disse não ser um documento político para ser definido pelas estratégias de cada uma das forças políticas, não sendo essa a orientação que queria dar, mas sim do ponto de vista técnico conceber um documento que fosse o mais adequado possível à legislação e que a respeitasse no seu todo. Referiu que, por isso, não se realizou nenhuma reunião conjunta com os senhores Presidentes de Junta mas sempre que houve alguma questão a colocar foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

partilhada com os senhores diretores dos agrupamentos e sempre que o Município e a Divisão de Educação e Juventude tiveram dúvidas não hesitou e telefonou aos Presidentes de Junta no sentido de avaliar o caminho a seguir. -----

--- Sublinhou que o atual quadro comunitário não aponta eventuais candidaturas para infraestruturas escolares nem sequer para infraestruturas desportivas escolares, o que constitui uma preocupação. A este propósito recordou os dois pavilhões nas escolas de EB dois/três de Pernes ou de Alcanede que são um ensejo e um desejo de todos, mas este Executivo sempre entendeu que o documento deveria referir uma proposta concreta e realista. Disse que jamais poderia pôr em dois e quinze e dois mil e dezasseis intervenções de fundo em várias escolas porque se, efetivamente, é um esforço financeiro do orçamento do município e não vai ter participação de fundos comunitários, tem que ser uma proposta realista e, portanto, há duas prioridades muito concretas que salientou: a EB um da Portela das Padeiras e EB um de Almoester. -----

--- Salientou que a EB um da Portela das Padeiras constitui uma prioridade porque há uma turma que tem aulas num módulo pé fabricado onde só cabem vinte alunos, porque o espaço é reduzido e é uma preocupação constante aquela escola ainda manter o primeiro ano, o ano de acolhimento na escola do primeiro ciclo do ensino básico a funcionar naquelas condições. -----

--- Frisou que o orçamento é reduzido, existem setenta estabelecimentos de ensino pelo que é necessário estabelecer prioridades, sendo que a primeira prioridade são as crianças que estão a ter aulas dentro de um contentor e a segunda prioridade as crianças que, na freguesia de Almoester, continuam em três locais. -----

--- Relativamente ao facto do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões não ter sido contactado, clarificou que houve necessidade de o fazer uma vez que não se prevê que venha a diminuir a população escolar de Alcanhões ou que haja um aumento substancial que justifique grandes alterações. -----

--- Referiu que a carta de dois mil e seis apontava determinados caminhos que depois não foram seguidos por quem fez a monitorização da carta educativa. Referiu ser necessário

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

respeitar as oscilações que vão havendo, acrescentando que as projeções devem respeitar cinco a seis anos, para se fazer revisão novamente e, portanto, aponta-se para dois mil e vinte e um. -----

--- Sublinhou que o Município tem estado a trabalhar em conjunto, partilhando os constrangimentos, as dificuldades que se estão a ter com as juntas, os pais, os agrupamentos de escolas e as intervenções que tem sido feitas tem sido um trabalho concertado entre todas estas entidades. Reconheceu a efetiva e imprescindível colaboração que as juntas e uniões de freguesia têm dado aos estabelecimentos escolares. -----

--- Disse haver um protocolo de delegação de competências do município que atribui dinheiro às juntas de freguesia para que haja a realização destas obras mas o esforço das juntas é de enaltecer. Portanto, frisou estar a trabalhar em conjunto não esquecendo o que Alcanhões precisa de fazer mas não pode entrar em planos megalómanos de dizer que este ano se vai intervir em três escolas, porque o orçamento não permite esse esforço. -----

--- No tocante à questão levantada pela senhora Sandra Barreiro que disse que estava prevista uma ampliação no Vale de Santarém em dois mil e seis, sublinhou que neste momento o que está previsto é a requalificação do edifício Aristides Graça, onde já estava planeado com a Junta, com a direção do agrupamento e com os senhores professores que lá lecionam, que se retiraria um contentor que servia de biblioteca e que se requalificaria criando ali um espaço amplo que sirva não só de biblioteca como de centro de recursos como ainda de espaço de convívio para quando os alunos não podem ter outro espaço disponível na sua instalação. Frisou que neste caso não se está à falar de necessidades mas de uma requalificação que irá proporcionar mais instalações sanitárias e criar um espaço amplo não só de centro de recursos de biblioteca como de convívio para os alunos. -----

--- Referiu que a cozinha também é uma preocupação, mas este ano o concurso em termos de refeições escolares preconiza que todas as refeições sejam confeccionadas na cozinha que é propriedade do município e que está sediada na Escola Prática de Cavalaria e que as refeições sejam transportadas a quente para as diversas escolas porque há efetivamente muitas preocupações do ponto de vista da ASAI e do HACCP no sentido das cozinhas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

cumprirem determinados requisitos que implicariam mais uma vez obras substanciais que não são passíveis de serem executadas. Assim, o único local onde se vão manter cozinhas para confeção nas escolas são os centros escolares.-----

--- Assim, a prioridade não é a biblioteca, embora seja um compromisso que o município gostaria de assumir o mais rapidamente possível, e analisar se efetivamente há necessidade de se fazerem outras intervenções.-----

--- Em relação ao facto do documento ser exaustivo e que se cumpriu todo o normativo, referiu que os parceiros do Conselho Municipal de Educação estão a participar ativamente nesta revisão. Acrescentou que o Instituto Politécnico poderia efetivamente dar um contributo mas efetivamente quem tem que fazer esta revisão é esta equipa que vai solicitando ao município contributos e, portanto, dizendo esta carta educativa respeito a escolas dos agrupamentos assim se respeitou.-----

--- Esclareceu o Conselho Municipal de Educação emitiu o de acordo com aquilo que a lei obriga. Esse parecer foi aprovado por unanimidade e refere apenas que emite parecer favorável por unanimidade ao documento apresentado e analisado.-----

--- Sublinhou que este município nunca, nem o ano passado nem este ano, deu qualquer orientação ao Ministério da Educação para encerramento de escolas a não ser relativamente ao caso da escola de Salvador.-----

--- A seguir o senhor **José Luís Avelino** (coordenador da equipa de Revisão da Carta Educativa) referiu que se trata de um trabalho que foi realizado por onze municípios e a lógica é envolver fundamentalmente as autarquias, os agrupamentos e depois o Conselho Municipal de Educação que como órgão consultivo que é tem uma constituição própria no qual estão plasmados vários tipos de intervenções realçando o facto de ter sido emitido um parecer favorável por unanimidade.-----

--- No que se refere à questão dos investimentos e das datas de realização disse que se fosse possível era tudo concretizado de imediato, o problema é que não há dinheiro e não há dinheiro por várias razões que não apenas debilidades do próprio município.-----

--- A este propósito referiu que esta carta educativa trabalha na lógica do novo quadro de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

referência estratégico nacional de dois mil e catorze dois mil e vinte, que está muito atrasado, está ainda numa fase de arranque quando já devia ter começado há mais de um ano o que significa que a disponibilidade financeira é relativamente pequena. -----

--- Referiu que alguns investimentos foram remetidos para dois mil e dezoito/dois mil e dezanove, na esperança que muitos municípios têm de que haja uma reavaliação dos fundos comunitários e que o próprio Governo proceda a uma reafecção de fundos de acordo com novas prioridades. -----

--- Sublinhou que o anterior quadro de referência estratégico tinha para a Lezíria do Tejo, onze municípios, na ordem dos trinta e cinco milhões de euros para gastar em educação, este novo quadro tem três milhões para os mesmos onze municípios, daí a esperança de que haja essa reavaliação dos fundos comunitários podendo o município a partir de dois mil e dezassete/dois mil e dezoito avançar com mais alguns investimentos. -----

--- Referiu que há um primeiro nível de intervenções que tem a ver com três projetos fundamentais que é a questão da Portela, a questão de Almoester e a questão de São vicente de Paúl, nomeadamente para a Tojosa. A lógica, sobretudo para Almoester e para São Vicente do Paúl é concentrar a oferta num núcleo escolar de qualidade ou seja pré-escolar, uma sala, duas de primeiro ciclo, mas também com uma série de equipamentos de apoio, sala polivalente, espaços de lazer, etc -----

--- Depois há um segundo nível de intervenções que têm que ver com a qualificação dos estabelecimentos ditos de média dimensão, ou seja aqueles estabelecimentos que estão numa situação importante e constitui muitas vezes pontos de referência estratégicos para o concelho como o caso do Vale de Santarém e outros polos como os Amiais Alcanede, que são polos de nível fundamental na estruturação do sistema territorial e urbano do Concelho de Santarém e são colocados num nível prioritário. Portanto, o Vale de Santarém como outros estabelecimentos ditos de média dimensão, têm que ser melhorados, qualificados também enquanto resposta do ponto de vista do conforto térmico e de criar condições de aprendizagem às crianças e alunos, semelhantes àquelas que os novos centros escolares têm tido. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Referiu que para as freguesias rurais há um princípio dos vários executivos municipais que têm passado pela Autarquia e o princípio é tentar manter uma oferta por freguesia e isso foi trabalhado em conjunto e foi sempre um princípio que se estabeleceu e este executivo quer manter. -----

--- Alertou para a importância da monitorização porque vão haver muito provavelmente alguns estabelecimentos que, a confirmarem-se as projeções, estarão no limite do seu funcionamento mas este Executivo considera, e a carta educativa assume isso, importante manter essa oferta. -----

--- Chamou a atenção para o facto da carta educativa para o segundo, terceiro ciclo e secundário, prever um conjunto de intervenções importantes. -----

--- Prestou ainda outros esclarecimentos, designadamente sobre informação de dados estatísticos, a necessidade de monitorização e a filosofia de intervenção da carta educativa, sublinhando que a nova carta educativa não pode deixar de olhar para uma nova dinâmica do território, para a nova dinâmica de expansão urbana da cidade de Santarém. -----

--- Concluiu frisando que se houvesse uma estratégia já clara definida no PDM - Plano Diretor Municipal seria mais fácil encaixar aquilo que é a filosofia de uma carta educativa.

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Revisão da Carta Educativa Municipal**, nos termos do número um do artigo dezanove do Decreto-Lei número sete/dois mil e três, de quinze de janeiro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e dois votos a favor, quatro votos contra e dezassete abstenções. -----

--- **PONTO OITO – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO NOVECENTOS E ONZE/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO VICENTE DO PAÚL, NO CONCELHO DE SANTARÉM, DISTRITO DE SANTARÉM, DA INICIATIVA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS.** -----

--- **PONTO NOVE – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO NOVECENTOS E CATORZE/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE VALE DE FIGUEIRA, NO CONCELHO DE SANTARÉM, DISTRITO DE**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

SANTARÉM, DA INICIATIVA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS.-----

--- PONTO DEZ – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO NOVECENTOS E DOZE/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE VAQUEIROS, NO CONCELHO DE SANTARÉM, DISTRITO DE SANTARÉM, DA INICIATIVA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS.-----

--- PONTO ONZE – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO NOVECENTOS E CATORZE/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE CASÉVEL, NO CONCELHO DE SANTARÉM, DISTRITO DE SANTARÉM, DA INICIATIVA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS.-----

--- Pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, da Assembleia da República, foram presentes para emissão de parecer os Projetos de Lei números novecentos e onze/XII, novecentos e catorze, novecentos e doze/XII e novecentos treze/XII, para a criação das freguesias de São Vicente do Paúl, de Vale de Figueira, de Vaqueiros e de Casével, respetivamente, no concelho e distrito de Santarém, da iniciativa do Partido Comunista Português. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Ricardo Costa**, Presidente da União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira, relativamente ao projeto de criação de novas freguesias São Vicente e Vale de Figueira (projetos novecentos e onze e novecentos e catorze) informou que o Executivo da União de Freguesias convocou a população para a ouvir no dia nove de julho na junta de freguesia de Vale de Figueira. -----

--- Referiu que a Assembleia de Freguesia irá decidir em sessão extraordinária em Vale de Figueira, dia dezassete de julho o seu sentido de voto. -----

--- Disse querer ouvir as populações passados dois anos de União, em sentido respeito por quem os elegeu. -----

--- Prosseguiu referindo que *“da nossa parte, eleitos pelo MIFU temos a certeza de que tudo fizemos, cumprimos com as populações, respeitámos as suas raízes culturais, a identidade de cada freguesia sem alterarmos os valores de cada uma. Dois anos passados temos a consciência de que fizemos pela freguesia de Vale de Figueira e São Vicente do*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

Paúl com o nosso trabalho e dedicação conseguimos passo a passo criar amizade e apoio de muita população contrariamente àqueles que nos acusavam de não defendermos os interesses. Da nossa parte respeitámos as populações das duas freguesias. Os membros da Assembleia da União de Freguesias do PS – Partido Socialista e da CDU – Coligação Democrática Unitária querem a reposição das freguesias, também nós não iremos inviabilizar mas que fique bem claro que nada temos contra a população de Vale de Figueira. Hoje passados dois anos posso afirmar que conseguimos ao longo deste tempo um grande apoio e solidariedade da população. Para terminar que fique bem claro que seja qual for o desfecho deste processo estaremos sempre presentes para cumprir a nossa missão com o mesmo empenhamento e dedicação na resolução dos problemas da população.-----

---Relativamente ao nosso voto que fique bem claro que o sentido de voto do Presidente da União de Freguesias de São Vicente e Vale de Figueira relativamente aos pontos número oito e número nove é voto favorável”-----

---Depois, o senhor **Carlos Trigo**, Presidente da União de Freguesias de Casével e Vaqueiros, informou ter tido um pedido de reunião pela parte do Partido Comunista Português, com o objetivo de apresentarem os projetos-lei novecentos e doze e novecentos e treze. -----

--- Considerou que o Partido Comunista Português passados dois anos mudou de opinião relativamente à União de Freguesias, porque há dois anos era contra as Uniões de Freguesias, neste momento é contra algumas Uniões de Freguesias, ou seja já concorda com algumas Uniões, sublinhando que na sequência da troca de impressões que manteve com o representante do PCP disse que, na sua opinião, mais uma vez se vai perder a oportunidade de discutir a essência da União de Freguesias. -----

---Prosseguiu referindo ter sido pedido à Assembleia de Freguesia de Casével e Vaqueiros, pela Câmara Municipal de Santarém e pela Assembleia da República, pareceres sobre esta lei que vamos votar hoje considerando que aquilo que o PCP acusou o PSD é precisamente o que está a fazer hoje, ou seja, trazer o assunto à Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

Municipal antes das populações e da Assembleias de Freguesias se pronunciarem. Lamentou, pois poderíamos estar hoje a discutir se houve ou não evolução nas Uniões de Freguesia. -----

--- Concluiu afirmando que estas propostas não passam de uma medida eleitoralista que nada tem a ver com as Uniões de Freguesia e lamentou que o PCP não tenha aprendido com os erros do passado e que não esperasse que as assembleias de freguesia se pronunciassem previamente. -----

--- Depois, o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, referiu que embora Alcanhões não tenha sido agregado sempre defendeu que se mantivessem as freguesias até porque considerou que com estas agregações o Estado não iria poupar nada, pelo contrário, na sua opinião muitas das freguesias que tinham boas condições financeiras hoje estão mais desprezadas e com menos atenção porque ficaram demasiado grandes e não estavam preparadas com equipamento mecânico nem humano de forma a ocorrer a todos os lugares dessas mesmas freguesias. -----

--- Referiu que os municípios ficaram na mesma, assim como não houve redução de deputados sendo com profunda tristeza como Presidente de Junta que vê esta situação e por isso está solidário como sempre esteve com todos os Presidentes de Junta que na altura lutaram pela manutenção das suas freguesias e identidade própria das suas terras e as vivências das suas terras. -----

--- Disse não estar em causa que quem ficou a presidir a União de Freguesias não trate as pessoas com a mesma dignidade o que está em causa é que a freguesia se perdeu e, por isso, irá votar favoravelmente esta proposta, no entanto não pode deixar de lamentar o facto da CDU se ter preocupado com apenas estas quatro freguesias esquecendo as outras. Em sua opinião seria mais solidário se propusessem todas as freguesias que se encontram nestas circunstâncias, não entendendo qual foi o critério adotado. -----

--- Seguidamente, o senhor **Vítor Franco** recordou o processo que deu origem à extinção de várias freguesias e da contestação que ela levantou em primeiro lugar de facto nestas freguesias de Vale de Figueira e Vaqueiros. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Em seu entender este processo foi despoletado por uma diretriz burocrática e autoritária teoricamente emanada da troika à qual os municípios se submeteram pacificamente no sentido de fazer uma fusão de freguesias. -----

--- Lembrou que o Bloco de Esquerda criticou os critérios adotados na altura, não compreendendo porque é que se extinguíam umas freguesias e não se extinguíam outras.

--- Disse estar de acordo com as propostas que a CDU apresentou, fazendo justiça em particular à população de Vaqueiros que apesar de ser uma população pequena se tem mostrado aguerrida na defesa dos seus direitos. -----

--- Disse que vai votar a favor destas propostas recordando que o Bloco de Esquerdo defendeu que deveria ser feito um referendo às populações antes da extinção das freguesias. Referiu que esse caminho não foi prosseguido mas continuam a pensar que as populações devem ser ouvidas e devem participar, por isso, quer a população de Vaqueiros quer a de Vale de Figueira e as outras freguesias contarão com o seu voto pela restauração da freguesia. -----

--- De seguida o senhor **Armando Rosa** disse nunca ter concordado com o processo que deu origem à agregação das freguesias pelo que irá votar favoravelmente estes pareceres propostos pelo PCP. -----

--- A seguir o senhor **Joaquim Neto** recordou que o PS foi contra a reorganização das freguesias aprovada e imposta pelo PSD no mandato anterior na qual não foram tidas em conta as expetativas das populações ignorando séculos de história e abalando a auto estima dessas populações. -----

--- Considerou também inadequada a estratégia política adotada pelo PCP através da apresentação avulsa destes quatro projetos-lei sem uma visão de conjunto para todo o concelho ignorando que mais freguesias foram agregadas e que não apenas as quatro contempladas nos projetos apresentados. -----

--- No entanto, apesar de não concordar com o procedimento adotado pelo PCP o PS não pode deixar de fazer refletir no voto aquilo que sabe ser o sentimento e a vontade das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

populações em ver restauradas as suas freguesias, por isso irá votar favoravelmente os pontos oito, nove, dez e onze. -----

--- Seguidamente o senhor **António João Henriques** Presidente da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, referiu não ser contra a reforma administrativa desde que seja feita corretamente, o que não aconteceu quando foram criadas as uniões de freguesias. -----

--- Na sua opinião devia-se ter começado pelos municípios, dando como exemplo o caso do município do Entroncamento que tem dezanove quilómetros quadrados e a freguesia que está a administrar tem cinquenta. -----

--- Concluiu afirmando que a votação que vai sair daqui hoje seja a favor seja contra, não vai contar para nada e como tal o seu voto será a abstenção. -----

--- Depois o senhor **José Luís Cabrita** começou por dizer que o PCP e a CDU reconhece o trabalho e o esforço que os Executivos das Uniões de Freguesias têm vindo a fazer no sentido de procurar dar resposta às necessidades das populações mas a verdade é que a reforma administrativa ou a extinção de freguesias como a CDU lhe chama foi feita não visando uma reforma administrativa e reorganização do território mas visando outros objetivos e com a extinção das freguesias naturalmente que as populações perderam muito em termos de participação, de proximidade dos seus eleitos e também de vida democrática.

--- Referiu que a CDU quer em termos locais quer em termos de concelho, quer em termos de Assembleia da República tinha assumido o compromisso da reposição das freguesias pelo que, imediatamente após a votação da Lei que agregou as freguesias entregou na Assembleia da República no mesmo momento mais de oitocentos e projetos de lei para a reposição das freguesias que não foram aprovados pela maioria mas manteve o compromisso de no momento que julgasse oportuno voltar a apresentar projetos para a reposição das freguesias. -----

--- Declarou que o objetivo vai no sentido de que sejam efetivamente repostas as freguesias e por isso não foram novamente apresentados os oitocentos projetos mas foram apresentados projetos lei para um elevado número de freguesias do País. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Quanto à questão de ser solicitado o parecer da Assembleia Municipal antes das assembleias de freguesia se pronunciarem disse ser é um assunto em relação do qual o PCP – Partido Comunista Português não pode ser responsabilizado. O PCP – Partido Comunista Português entregou os projetos-lei na Assembleia da República que desencadeia o processo de solicitação dos pareceres. -----

--- A concluir disse que o critério de seleção foi sem dúvida aquelas que na altura da agregação se mostraram mais dinâmicas no sentido de manter a sua identidade jurídica e a sua área territorial. Disse que já estão a trabalhar no sentido de que na próxima legislatura mais um conjunto de projetos lei comecem a ser apresentados. -----

--- A seguir o senhor **Ramiro Matos** começou por sublinhar que o que esteve subjacente à reforma administrativa foi a necessidade de reduzir órgãos administrativos numa lógica, principalmente, de tornar a administração pública mais eficiente e as autarquias locais mais eficientes. -----

--- Manifestou-se surpreendido pelo facto da CDU só apresentar propostas relativamente a duas uniões de freguesias, tendo em conta que foram criadas seis uniões de freguesias no concelho de Santarém. -----

--- Disse que a sua interpretação vai no sentido de que, com esta separação a CDU, eventualmente, quer recuperar eleitoralmente duas freguesias que perdeu: Vale de Figueira e Vaqueiros, porque não vê outras razões. -----

--- Referiu que estava à espera que o senhor deputado José Luís Cabrita na sua intervenção dissesse em que é que as atuais Uniões de Freguesia de Vale de Figueira e São Vicente do Paúl e Casével e Vaqueiros não têm servido as populações ou se ficaram prejudicadas em participação, em proximidade dos eleitos. -----

--- Declarou que gostava de ver dados concretos e que se dissesse em que é que a população ficou afetada, a população e não os eleitos da CDU porque não consegue conceber que os atuais presidentes das uniões de freguesia não cuidem bem das freguesias e dos seus fregueses. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Frisou que nestes projetos há uma nota introdutória que refere razões de ordem histórica, demográfica e geográfica mas não vê razões que fundamentem o verdadeiro cerne desta proposta que é a reversão de um procedimento que ocorreu há cerca de dois anos e gostava de ver em casos concretos em que é que as pessoas efetivamente ficaram prejudicados com a União de Freguesias. -----

--- Por outro lado, perguntou qual a posição da CDU relativamente às outras quatro uniões de freguesias, em que é que as populações respeitantes aos projetos de lei em apreço ficaram efetivamente prejudicadas.-----

--- Na sua opinião as freguesias não ficaram prejudicadas e pretende-se que se emita parecer favorável sem que seja apontada alguma razão efetiva para reverter o processo da união de freguesias que foi feito há dois anos atrás e com base nessa ausência de fundamentos o PSD não tem outra alternativa que não seja emitir parecer negativo aos projetos apresentados. -----

--- O senhor **José Luís Cabrita** referiu que estas propostas foram apresentadas pelos deputados do PCP na Assembleia da República mas naturalmente tiveram a participação da CDU ao nível do concelho e a nível de cada uma das freguesias. -----

--- Disse não ser verdade que o PCP tente recuperar duas freguesias de maioria CDU, explicando as razões. -----

--- Quanto à questão da reestruturação das freguesias disse que não há reposição de freguesias, há criação de freguesias como se elas nunca tivessem existido e a lei estabelece aquilo que os projetos devem conter e portanto para que sejam discutidos os projetos de lei e não sejam logo inviabilizados por violação da lei naturalmente que os deputados que elaboraram as propostas teriam que respeitar aquilo que a lei estabelece. -----

--- Disse ainda que também não concordam com as outras uniões de freguesias mas porque querem que sejam debatidos os projetos, vão apresentando em conformidade com o critério que melhor entendem para a sua aprovação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- De seguida o senhor **Ramiro Matos** sublinhou que no seu entender trata-se de uma questão eleitoralista, realçando não estar convencido relativamente aos projetos lei apresentados.-----

--- Aludiu que a introdução sobre a extinção das freguesias é igual em todos os projetos ou seja, a CDU devia dizer por que razão é que quer repor as freguesias de Casével, de Vaqueiros, de Vale de Figueira e de São Vicente do Paúl, mas dizê-lo numa perspetiva dos eleitores e as razões concretas, óbvias e que se conseguissem entender, não formulações genéricas que servem qualquer freguesia.-----

--- Concluída a apreciação dos **Pontos Oito, Nove, Dez e Onze**, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a emissão de parecer relativos aos **Projetos de Lei números novecentos e onze/XII e novecentos e catorze, para a criação das freguesias de São Vicente do Paúl e de Vale de Figueira**, respetivamente, tendo sido deliberado **emitir parecer desfavorável**, com vinte votos contra, dezanove votos a favor e duas abstenções.-----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a emissão de parecer em relação aos **Projetos de Lei números novecentos e doze/XII e novecentos e treze, para a criação das freguesias de Vaqueiros e de Casével**, respetivamente, tendo sido deliberado **emitir parecer desfavorável**, com vinte votos contra, dezoito votos a favor e três abstenções.-----

--- Foram efetuadas as seguintes Declaração de Voto:-----

--- Pelo senhor **Carlos Trigo**, Presidente da União das Freguesias de Casével e Vaqueiros: “A minha abstenção tem a ver com o facto das Assembleias de Freguesia ainda não se terem pronunciado sobre os projetos de lei em apreço”.-----

--- Pelo senhor **Ricardo Costa**, Presidente da União das Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira: “Os membros da Assembleia de Freguesia de São Vicente do Paúl e de Vale de Figueira querem a reposição da freguesia de Vale de Figueira, tal como o Executivo da União de Freguesias não irá inviabilizar os anseios da população. Para que fique bem claro, seja qual for o desfecho deste processo, estaremos sempre presentes para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

cumprir a nossa missão na resolução dos problemas das populações, pelo que o Presidente da União de Freguesias de São Vicente do Paul e de Vale de Figueira votou a favor dos Pontos Oito e Nove da ordem de trabalhos. -----

--- A minha abstenção relativa aos Pontos Dez e Onze da ordem de trabalhos prende-se com o facto de não terem sido contempladas todas as uniões de freguesia do concelho com projetos de separação”. -----

--- Pelo senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões: “Votei favoravelmente porque o meu sentido de voto é em coerência com o passado e um lamento à falta de solidariedade de alguns presidentes de Junta de Freguesia”. -----

--- Pelo senhor **Vítor Franco**: “Votei a favor não só pela justeza dos projetos de lei em apreço, mas porque o abaixo-assinado das populações é elucidativo”. -----

Pelo senhor **António João Henriques**, Presidente da União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém: “Abstive-me de acordo com as minhas convicções e porque este processo não nos leva a lado algum”. -----

--- **PONTO DOZE – CRIAÇÃO DAS COMISSÕES PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS RESPEITANTES PETIÇÕES SOBRE “REFUNDAR VAQUEIROS” E “QUEREMOS DE VOLTA O CORETO ROMÂNTICO”**. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a criação das comissões acima mencionadas, tendo sido **aprovadas por unanimidade**. Informou que foram indicados para composição das mesmas os seguintes elementos: -----

--- **Comissão “Refundar Vaqueiros”**:-----

--- Paulo Tiago Rodrigues dos Santos (PSD). -----

--- Luís Manuel da Graça Batista (PS). -----

--- José Luís Marques Cabrita (CDU). -----

--- António José Ferreira Simões Borba (CDS-PP). -----

--- Fabíola Cruz Neto Cardoso (Bloco de Esquerda).-----

--- Armando António Leal Rosa (Mais Santarém). -----

--- Marcelo Ferreira Morgado (Representante Presidente da Junta eleitos independentes).

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Comissão (**Queremos de volta o Coreto Romântico**):-----

--- Paulo Tiago Rodrigues dos Santos (PSD).-----

--- Luís Manuel da Graça Batista (PS).-----

--- José Luís Marques Cabrita (CDU).-----

--- António José Ferreira Simões Borba (CDS-PP).-----

--- Fabíola Cruz Neto Cardoso (Bloco de Esquerda).-----

--- Armando António Leal Rosa (Mais Santarém).-----

--- Marcelo Ferreira Morgado (Representante Presidente da Junta eleitos independentes).

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que iria suspender os trabalhos a seguir ao **Período de Intervenção do Público**, em face do adiantado da hora, submetendo a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, nos termos da Lei e do Regimento, tendo sido dada a palavra à senhora **Maria do Carmo Silveira** (eleita da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Casével e Vaqueiros) que considerou importante ouvir as populações lamentando que há cerca de três anos a voz da população não tenha sido levada em conta devido aos imensos esforços que várias tem evidenciado nomeadamente Vaqueiros e Vale de Figueira.-----

--- Salientou que a reforma administrativa tem servido de capote ao encerramento de serviços de proximidade fundamentais para o desenvolvimento da localidade, nomeadamente o jardim-de-infância de Vaqueiros conhecido por CAIC onde o primeiro argumento foi que existia um outro estabelecimento de ensino na mesma freguesia e essa foi uma das razões principais que levou ao encerramento desse estabelecimento de ensino e não se evidenciaram esforços por parte do executivo da Câmara para dar um parecer favorável ao funcionamento do mesmo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

--- Disse não quererem mordomias, mas sim servir as populações e estar próximos das populações, concluiu.-----

--- A seguir o senhor **José Saldanha Jorge** perguntou se a bancada do PSD foi democrata aquando da aprovação das uniões de freguesias. Em seu entender o PSD não respeitou a população de Vale de Figueira. Lamentou o resultado da votação hoje verificada sobre os projetos lei discutidos.-----

--- A seguir o senhor deputado municipal **Ramiro Matos** sublinhou só querer evidenciar o facto das intervenções do público terem sido feitas por duas pessoas que são eleitas locais das freguesias pela CDU. -----

--- Disse não ter nada contra os eleitos em questão mas uma coisa é as pessoas virem aqui expor as suas ideias como público como cidadãos interessados mas o que aconteceu foi que dois eleitos locais vieram reiterar o ponto de vista já expresso pelo senhor deputado José Luís Cabrita e portanto volto a reiterar que também com estas intervenções, continuo a não entender quais é que são as questões em que a população se sente prejudicada. ----

--- Lembrou que a questão do CAIC de vaqueiros já aqui foi amplamente debatida nesta assembleia e a senhora vereadora já aqui explicou. -----

--- Referiu que efetivamente o PSD apresentou uma proposta quando a lei a tal obrigou porque se não fosse o PSD a apresentar a proposta o assunto era decidido na Assembleia da República mediante critérios objetivos. -----

--- A seguir a senhora **Eva Costa** (Presidente da Missão Chegar ao século XXI de Almoester) disse querer alertar os membros desta Assembleia para o facto da carta educativa não apresentar a real caracterização dos estabelecimentos escolares da freguesia de Almoester. Referiu que, de acordo com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares no agrupamento Alexandre Herculano só existem dois estabelecimentos escolares na freguesia de Almoester – a EB um Casal da Charneca e o JI de Almoester – qualquer profissional da educação para se candidatar só tem estes dois códigos.-----

--- Prosseguiu, tecendo algumas considerações relativamente à Carta Escolar e concluiu solicitando a retificação da referida carta para que reflita realmente a realidade e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015

Sessão Ordinária de junho

(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

requalifiquem ou ampliem a atual escola que é a EB um do Casal da Charneca a única que é considerada com códigos de um agrupamento de escolas. -----

--- Seguidamente a senhora **Vereadora Inês Barroso** Clarificou algumas situações relativamente à intervenção da senhora Eva Costa, salientando ter sido acolhida a proposta da Missão século XXI para ampliação da escola de Casal da Charneca mas, durante a revisão da carta educativa os dados foram bastante analisados tendo a escolha recaído sobre a EB um de Almoester e não sobre a EB um da Casal da Charneca. -----

--- Referiu que a evolução natural do número de alunos e da população escolar na freguesia se continuar nesta diminuição de alunos na freguesia poderá vir a levar à reunião de um só estabelecimento de ensino para todas as crianças da freguesia, na procura sempre presente de condições de aprendizagem e de condições pedagógicas de maior sucesso. -----

--- Realçou que a monitorização da carta educativa irá ser um dado determinante e a proposta de requalificação que a carta educativa apresenta foi também debatida com o agrupamento de escolas que também é de concordância com a mesma ou caso se venha a verificar aquilo que se passa hoje em relação à população da freguesia deve a EB um e JI ficar localizada na sede de freguesia porque os dados assim o levaram a pensar porque entre dois mil e dez/dois mil e onze e dois mil e catorze/dois mil e quinze o Casal da Charneca apresenta uma diminuição do número de alunos de trinta e um vírgula três por cento, ao passo que Almoester apresenta um aumento do número de alunos de vinte e cinco por cento, temos uma discrepância relativamente ao aumento ou decréscimo do número de alunos. -----

--- Almoester é sede de freguesia e como tal tem ao serviço da população também escolar, obviamente, a farmácia, o posto médico, a junta de freguesia que é quem coordena o transporte das crianças, é também onde existe o único multibanco da freguesia. -----

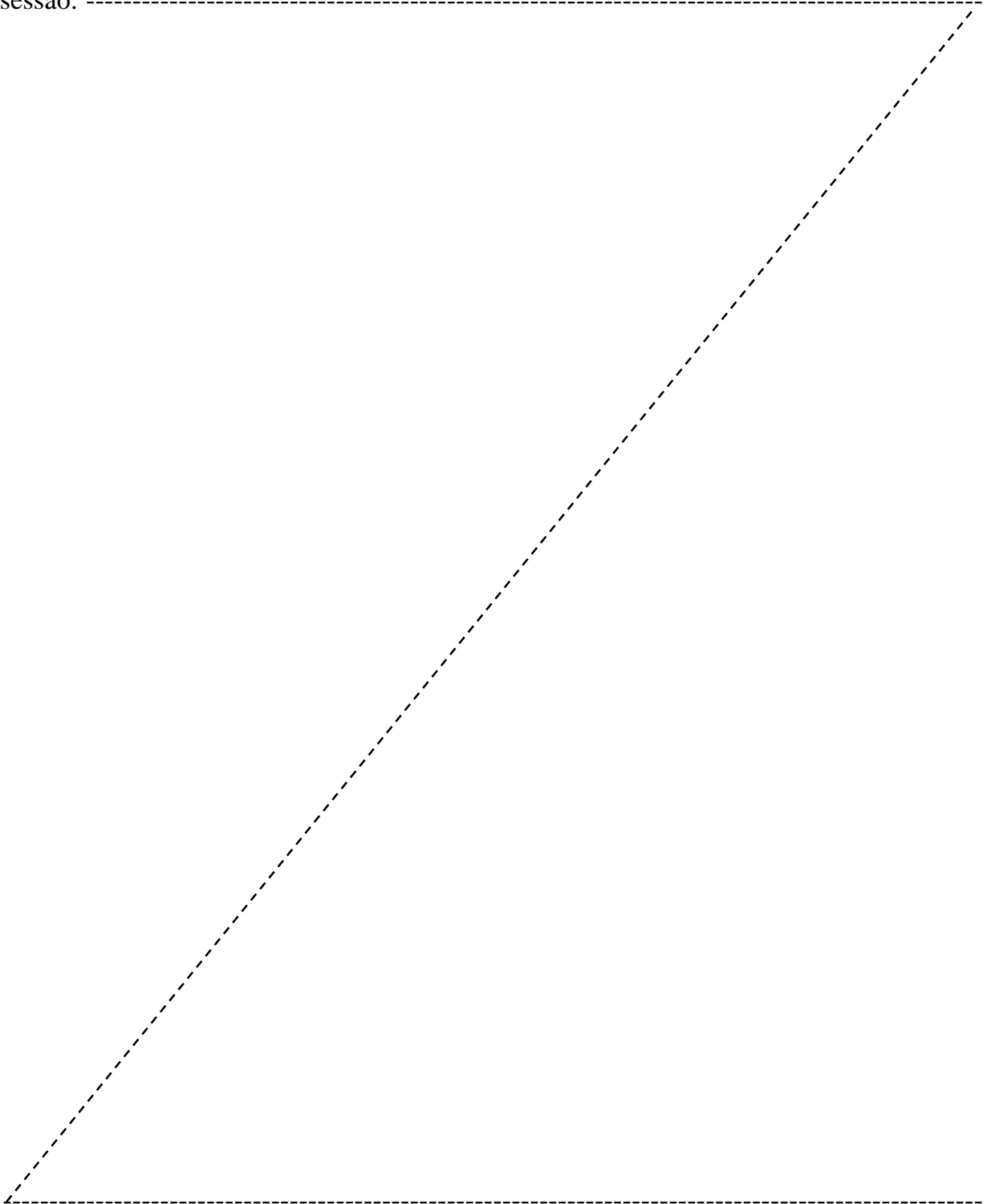
--- A concluir disse que os dados que tinham em cima da mesa para análise pesaram a favor da sede de freguesia de Almoester, contudo evolução da situação continuará a ser acompanhada. -----

--- Terminado o **Período de Intervenção do Público**, era uma hora e quarenta e cinco

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2015
Sessão Ordinária de junho
(1ª Reunião) 30 de junho de 2015

minutos do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensa a sessão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

--- Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da Sessão Ordinária de Junho, na Sala da Assembleia Municipal, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins (Primeira Secretária da Mesa em exercício), Ana Teresa Pereira Pires Martins da Mota Antunes (Segunda Secretária da Mesa), Ana Margarida Coito Gervásio, Armando António Leal Rosa, Beatriz dos Santos Martinho, Cássio José Gonçalves Martins Leitão, Daniela Margarida Duarte dos Reis Leandro Germano, Dina Maria Gomes Rocha, Diogo António Pereira Lourenço Piedade do Carmo, Fabíola Cruz Neto Cardoso, Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Carlos Melgueira Antas, José Luís Marques Cabrita, Luís Manuel da Graça Batista, Manuel João Maia Frazão, Manuel José Lopes Pedroso, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Maria Assunção Céu Vieira, Maria de Lurdes Gaspar Casimiro, Paulo José da Costa Delgado Marques, Ramiro José Jerónimo Matos, Renato António Vieira Calado Possante Bento, Sandra Isabel de Sousa Barreiro Dinis, Sandra Maria Cordeiro Alexandre Tovar Faro e Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), José Augusto Alves dos Santos (Amiais de Baixo), Paulo Jorge Gaspar Guedes (Arneiro das Milhariças), Joaquim Duarte Aniceto (Gançaria), Maria Margarida Costa Ribeiro Gomes (Moçarria), Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes), Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte (Póvoa da Isenta) Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém), Maria Emília Serrão Massena Santos (em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês), Carlos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

do Carmo da Cruz Trigo (União Freguesias de Casével e Vaqueiros), Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (União de Freguesias de Romeira e Várzea), Paulo Jorge Dias Picoto (em representação do Presidente da União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau), e Ricardo Luís da Costa (União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira).-----

--- Justificaram as suas ausências:-----

--- António João Ferreira Henriques (União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém),-----

--- Pediram a substituição nos termos da Lei e do Regimento:-----

--- Abílio Manuel Mota Ribeiro, António José Ferreira Simões Borba, Carlos Augusto Pinhão Coutinho, Catarina Isabel Santos Silva Campos, Horácio Neto Frade da Silva, Manuel Joaquim Vieira, Maria Helena Claro Victor Vinagre e Raquel Inês Marques Fernandes.-----

--- **Executivo Municipal**-----

--- Presenças:-----

--- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Idália Maria Marques Salvador Serrão, Susana Cristina Coelho da Silva Pita Soares, António José da Piedade Carmo, Luís Manuel Sousa Farinha, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes e Otília Margarida Jacinta Torres.-----

--- Ausências:-----

--- Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando conhecimento da ausência do senhor Manuel Joaquim Vieira, Primeiro Secretário da Mesa, por motivos de saúde, convidando a senhora Cristina Margarida Gomes Casanova Martins para assumir o lugar de Primeira Secretária da Mesa.

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, por se tratar de uma reunião em continuação da Sessão Ordinária de Junho, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”, dando início à continuação dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

trabalhos com o **PONTO TREZE – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL (JORGE MANUEL DUARTE BALAU) – LAGAR DE AZEITE – ABITUREIRAS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de quatro de maio de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze de cinco de novembro”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de reconhecimento de interesse municipal para regularização do estabelecimento industrial (Jorge Manuel Duarte Balau) – Lagar de Azeite – Abitureiras**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade.** -----

--- **PONTO CATORZE – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO DE PARTE DAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE INDUSTRIAL DE PELETERIA (INDUCOL, LDA.) – ABRÃ.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de quatro de maio de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze de cinco de novembro”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

votação a **Proposta de reconhecimento de interesse municipal para regularização de parte das instalações da unidade industrial de Peleteria (Inducol, Lda.) - Abrã**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com trinta e seis votos a favor, zero votos contra e cinco abstenções -----

--- **PONTO QUINZE – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS NÃO METÁLICOS (BIOGOMA, LDA.) – CASAL DO BREJO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZOIA CIMA E TREMÊS.**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de quatro de maio de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze de cinco de novembro”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de reconhecimento de interesse municipal para ampliação da unidade industrial de valorização de resíduos não metálicos (Biogoma, Lda.) – Casal do Brejo – União das Freguesias de Azoia Cima e Tremês**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e cinco abstenções -----

--- **PONTO DEZASSEIS – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL – ISENÇÃO DE TAXAS DAS LICENÇAS DE RUÍDO E DE UTILIZAÇÃO PARA RECINTO IMPROVISADO DA FNA/DOIS MIL E QUINZE – CNEMA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

--- “Dando sequência à deliberação camarária de quatro de maio de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de reconhecimento de interesse municipal – Isenção de Taxas das Licenças de Ruído e de utilização para recinto improvisado da FNA/dois mil e quinze – CNEMA**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO DEZASSETE - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA**. -----

--- Pela bancada do PSD foi apresentado o Voto de Pesar que a seguir se transcreve:-----

--- “Faleceu em dezanove de Maio de dois mil e quinze, com setenta e oito anos *Elza Maria Pires Chambel*, conhecida por “Senhora Solidariedade”. -----

--- Nasceu no Rio de Janeiro tendo passado a sua infância e adolescência em Trás-os-Montes, radicando-se em Santarém no decorrer da década de sessenta. -----

--- Licenciada em Direito, pela Universidade de Coimbra em mil novecentos e sessenta, numa altura em que as mulheres ainda rareavam no ensino superior. -----

--- Definia-se como uma “feminista entre aspas” para ilustrar as batalhas onde se envolveu e que ajudaram à emancipação da mulher na Administração Pública. Fez história ao ser a primeira mulher chefe de divisão, atingindo lugares de topo na estrutura da Segurança Social.-----

--- O seu amor a Santarém conduziu a uma inevitável faceta de autarca. Eleita Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador em doze de Dezembro de mil novecentos e setenta e seis foi ainda vogal da mesma junta e deputada municipal por mais de uma vez. -----

--- Foi adjunta do Ministro da Solidariedade e Segurança Social de Outubro de mil

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

novecentos e noventa e cinco a janeiro de mil novecentos e noventa e seis. -----
--- Comissária Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis a Julho de dois mil e dois, acumulando a partir de Novembro de mil novecentos e noventa e nove igualmente as funções de Comissária Regional do Norte. -
--- Presidente do Conselho de Direção dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e Segurança Social de Maio de mil novecentos e noventa e nove a Dezembro de dois mil e um. -----
--- Vogal do Conselho de Administração do Instituto de Solidariedade e Segurança Social e Administradora Regional da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, de Dezembro de dois mil e um a trinta de Julho de dois mil e dois. Foi ainda Presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado desde a sua fundação em Outubro de dois mil e seis e Coordenadora Nacional do Ano Europeu do Voluntariado em dois mil e onze. --
--- Vastos foram os reconhecimentos que recebera em vida, havendo a destacar a Ordem de Mérito, Grau Comendador, atribuída pelo Senhor Presidente da República a dez de Junho de dois mil e doze e ainda a aprovação do seu nome para um arruamento da Freguesia de São Salvador, por proposta do executivo de dois de Abril de dois mil e treze.
--- Continuava a viver intensamente, procurando agitar consciências. Considerava-se uma pessoa otimista e positiva, que não se deixava vencer pelos infortúnios. -----
--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém reunida em seis de julho de dois mil e quinze em continuação da sessão ordinária de junho delibera aprovar um voto de profundo pesar pelo falecimento da mulher, da voluntária e da autarca Elza Maria Pires Chambel, apresentando a toda a família as suas mais respeitosas e sentidas condolências, transmitindo o teor deste “voto de pesar”.-----
--- Usaram da palavra o senhor **Ramiro Matos** e a senhora **Maria de Lurdes Casimiro** que enaltecem as qualidades pessoais e humanas da senhora Elza Maria Pires Chambel.
--- Dada a ausência de mais intervenções, foi o Voto de Pesar **aprovado por unanimidade**. -----
--- Pelo senhor **Rui Ferreira**, Presidente da Junta de Freguesia de Abrã, foi apresentada a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

seguinte Recomendação: -----

--- “A Freguesia de Abrã, apresenta a esta Assembleia Municipal a recomendação para atribuição do nome do Exmo Sr. Comendador Joaquim José Louro Pereira a uma rua na cidade de Santarém.-----

--- Joaquim José Louro Pereira, natural de Amiais de Cima, criou, nos anos oitenta, a empresa J.J. Louro SA, uma referência no ramo do mobiliário. Essa empresa rapidamente se expandiu para outros ramos de negócio empregando hoje o grupo Louro, mais de um milhar de pessoas, tendo assim contribuído largamente para o desenvolvimento económico e social da região. -----

--- O Comendador Joaquim José Louro Pereira foi, desde sempre, conhecido pela sua bondade e elevada preocupação com as causas sociais. -----

--- Homem benemérito, quer com os que lhe estavam mais próximos, nomeadamente os seus colaboradores e respetivas famílias, quer com os vários projetos de solidariedade que ajudou a desenvolver e a crescer. -----

--- Joaquim Louro recebeu, a dezanove de março de dois mil e nove, a Medalha de Ouro da Cidade de Santarém e, a dez de junho do mesmo ano, foi distinguido, pelo Presidente da República, com o grau de Comendador na Classe de Mérito Industrial. Faleceu aos sessenta e dois anos de idade no passado dia trinta e um de Dezembro de dois mil e catorze.

--- Muito mais haveria a dizer acerca deste grande homem, muitos seriam os adjetivos que poderíamos aplicar para enaltecer a pessoa de Joaquim José Louro Pereira. -----

--- Apesar de não ter sido homem que apreciasse grandes homenagens à sua pessoa, não seria justo não perpetuar a gratidão e reconhecimento merecido por toda a obra deste grande Scalabitano. -----

--- Assim recomendamos que esta proposta seja aprovada por esta Assembleia. -----

--- Submetida a votação a recomendação acima transcrita, foi deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- Pelo senhor Tiago Preguiça, da bancada do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte recomendação:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

--- “A atividade política pressupõe proximidade e auscultação dos eleitores. Esta característica ganha ainda maior peso e cariz democrático nos órgãos de decisão municipais (Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia).

--- Neste sentido, e com o objetivo de aproximar os munícipes escalabitanos da sua autarquia, e do exercício partilhado de decisões, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia seis de julho de dois mil e quinze, em continuação da sessão ordinária do dia trinta de junho de dois mil e quinze, recomenda ao executivo da Câmara Municipal de Santarém a implementação do Orçamento Participativo, a partir do próximo ano, aproveitando os modelos já testados de diversos concelhos do nosso país. -----

--- A intervenção dos habitantes no processo democrático deve ser valorizada, não só através do voto nas eleições autárquicas, mas também no que respeita à decisão e escolha de atividades e intervenções locais. Esta iniciativa tem ainda o poder de aumentar o dinamismo e participação dos munícipes na vida da autarquia, ligando-os ao processo de decisão e de escolha, fomentando o sentimento de comunidade”. -----

--- Pela senhora **Fabíola Cardoso**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi presente a seguinte recomendação: -----

--- “Considerando que o Orçamento Participativo (OP) é um instrumento democrático que visa envolver as cidadãs e os cidadãos na política local, dando-lhes não apenas voz mas poder de decisão sobre parte do Orçamento do Município; -----

--- Sabendo que que o OP foi implementado pela primeira vez em mil novecentos e oitenta e nove na prefeitura de Porto Alegre, que se estima que atualmente hajam quase três mil OP em todo o mundo, e que Portugal, é uma medida em crescendo; -----

--- Albergaria a Velha, CDS; Carregal do Sal, PS; Caminha, PS; Torres Novas, PS; São João da Madeira, PSD; Vila Nova de Cerveira, Lista Independente; Vila Franca de Xira, PS; Braga, PSD/CDS; Estarreja, PSD/CDS; Bragança, PSD (...) são apenas alguns dos exemplos que já iniciaram processos de orçamentos participativos adaptados à sua realidade ou deram continuidade ao ano anterior. -----

--- Sublinhando que o valor da verba afeta aos OP's varia muito de município para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

município mas cujos valores se consolidam ou até aumentam apesar da situação económica no país e no poder local;-----

--- Conscientes das restrições orçamentais a que o PAEL e o Plano de Saneamento Financeiro implicam para o município;-----

--- Pretendendo levar mais além e tornar efetiva a intervenção cidadã na decisão orçamental e vendo no processo de elaboração do Orçamento Participativo uma aprendizagem conjunta, entre as autarquias e a cidadania, que contribui para a intervenção informada na governação local e para uma capacitação da cidadania que eleva o seu conhecimento sobre os processos de política local;-----

--- Valorizando além da concretização de projetos de iniciativa cidadã, o papel que Orçamento Participativo pode ter na promoção de uma cidadania mais exigente, com maior capacidade de reivindicação dos seus interesses e de análise da situação da realidade e das necessidades concelho;-----

--- E ainda, como refere a coligação PSD/CDS, da Chamusca, "os instrumentos existentes de auscultação dos munícipes mostram-se limitados e insuficientes" pelo que "a proximidade com a população assume-se como um factor decisivo no desenvolvimento concelhio".-----

--- O Bloco de Esquerda propõe que:-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em trinta de junho de dois mil e quinze, recomenda à Câmara Municipal de Santarém a elaboração de um regulamento para a implementação do Orçamento Participativo para dois mil e dezasseis de carácter deliberativo que incida sobre um valor superior a cem mil euros".-----

--- Usou da palavra o senhor **Cássio Leitão** que referiu que a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda é de certa forma redutora em face do valor apresentado, salientando que a bancada da CDU iria votar favoravelmente a proposta apresentada pelo PS e abster-se em relação à do Bloco de Esquerda.-----

--- A seguir a senhora **Fabiola Cardoso** que considerou que as propostas não são muito diferentes, sublinhando que aquilo que se pretende é a implementação do orçamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

- participativo. -----
- Depois, o senhor **Ramiro Matos** lembrou que este tema já foi discutida na Assembleia no decurso deste mandato, recordando que o orçamento participativo foi implementado em dois mil e dois pelo PS, tendo sido abandonado pelo próprio partido. Sublinhou que acredita na democracia representativa, considerando que a feitura dos orçamentos deve manter-se tal como está.-----
- Seguidamente, o senhor **Joaquim Neto** recordou que na altura as reuniões do orçamento participativo foram bastante participadas, tendo sido implemementadas algumas das propostas apresentadas. -----
- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Câmara** considerou que os orçamentos participativos retira alguma capacidade de intervenção às Juntas de Freguesia, pelo que no seu entender não faz sentido os orçamentos participativos. -----
- Esgotadas as intervenções, foram as duas recomendações acima transcritas submetidas a votação em separado, tendo ambas sido **rejeitadas por maioria**, com vinte e quatro votos contra, vinte e um votos a favor e zero abstenções, e com vinte e quatro votos contra, dezassete votos a favor e quatro abstenções, respetivamente. -----
- Pela senhora **Fabiola Cardoso**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi presente a seguinte recomendação:-----
- “Todos os dias somos confrontados com imagens terríveis de sofrimento de milhares de refugiados que procuram entrar no continente europeu, fugindo à guerra, à miséria e à opressão existente em inúmeros países próximos do Mediterrâneo.-----
- Apesar da política praticada pela Comissão Europeia e outras instâncias da União Europeia ser responsável por muita da destruição ocorrida no Médio Oriente, a resposta das instituições europeias continua a ser marcada pela hipocrisia, pelo egoísmo, pela desumanidade. Apenas nos primeiros meses de dois mil e quinze já morreram no Mediterrâneo mais de mil e oitocentas pessoas pessoas a tentar entrar em território europeu. -----
- O Alto Comissariado da ONU para os Refugiados tem muito justamente apelado a que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

a União Europeia se disponibilize a instalar nos vários Estados-membros cerca de quarenta mil refugiados provenientes da Síria e Eritreia, um número muito pequeno face aos mais de seiscentos mil pedidos de asilo. -----

--- O Governo Português, apesar da história do nosso país estar muito ligada à emigração (só no último ano foram mais de cento e trinta mil os portugueses forçados a procurar uma vida melhor no estrangeiro), apenas acolheu quarenta pedidos de asilo em dois mil e catorze, rejeitando mais de cem outros pedidos. Outro pequeno país, a Grécia, com as dificuldades conhecidas, concedeu o estatuto de refugiado a quase duas mil pessoas.-----

--- Por proposta do Bloco de Esquerda e dada a gravidade dos atentados em curso aos direitos humanos, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em trinta de junho de dois mil e quinze, solidariza-se com os milhares de refugiados oriundos de países devastados pela guerra e opressão, apoia a ação humanitária da agência da ONU para os refugiados e recomenda ao Executivo que comunique ao Governo que se dispõe a acolher pedidos de asilo, exprimindo assim o espírito generoso e solidário da população que representa”.-----

--- Foi dada a palavra o senhor **Armando Rosa** que referiu que se iria abster na votação desta proposta dado ser uma matéria que não diz diretamente respeito ao concelho. -----

--- Depois, o senhor **Cássio Leitão** salientou que a CDU iria votar favoravelmente pelo caráter humanitário e social do problema dos refugiados, considerando que a recomendação deveria prever qualquer ação do executivo em articulação com um plano nacional de apoio aos refugiados. -----

--- A seguir o senhor **Ramiro Matos** que referiu que gostaria de ouvir o executivo sobre esta matéria, salientando que a bancada do PSD não pode votar favoravelmente a proposta tal como está apresentada. -----

--- Seguidamente, a senhora **Vereadora Susana Pita Soares** esclareceu as iniciativas levadas a cabo pelo Município sobre esta matéria, dado o exemplo de algumas pessoas que foram integradas na comunidade local, sublinhando que a autarquia está disponível para acolher refugiados. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

--- Após alguma troca de impressões, foi a recomendação em epígrafe submetida a votação tendo sido deliberado **rejeitar por maioria**, com vinte e dois votos a contra, cinco votos a favor e catorze abstenções. -----

--- Pela senhora **Fabiola Cardoso**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte moção: -----

--- “Recentemente a imprensa noticiou que "a A-Vinte e três, Auto-estrada da Beira Interior no troço que é atualmente gerido pela Estradas de Portugal (EP) vai passar a ser gerido por uma concessionária privada. De acordo com um parecer técnico da UTAO - Unidade Técnica de Apoio Orçamental o lançamento desta concessão vai dar cerca de sessenta e cinco milhões de euros aos cofres do Estado. -----

--- Segundo o Diário Económico, apurou junto de fonte oficial da EP, o lançamento desta concessão já estava prevista. Tendo em conta que estamos em Maio, os resultados do concurso público internacional para atribuição desta nova concessão rodoviária só deverão ser conhecidos durante o segundo semestre deste ano, provavelmente depois do Verão. -

--- Em causa está um troço de trinta e sete quilómetros que liga a A-Um, a principal auto-estrada do país (entre Lisboa e o Porto), na zona de Torres Novas, às imediações da cidade de Abrantes.-----

--- No ano passado, o TMD - Tráfego Médio Diário registado neste troço foi de doze mil e oitocentos veículos".-----

--- A introdução das portagens fez desviar muitas viaturas, nomeadamente pesadas, para a estrada nacional três prejudicando sobre maneira o tráfego Santarém — Pernes —Torres Novas. -----

--- A privatização faz prever novos aumentos de preços e pior qualidade de serviço. -----

--- Acresce que a A-Vinte e três desempenha um importante papel na ligação da capital do distrito ao seu norte pelo que a privatização se afigura negativa. -----

--- Assim, o Bloco de Esquerda propõe que:-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida a seis de julho de dois mil e quinze, em continuação da sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e quinze, delibera apresentar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

ao Governo e a todos os partidos com representação na Assembleia da República:-----
--- O seu protesto pela anunciada privatização deste troço da A-Vinte e três. -----
--- Exigir a diminuição do valor das portagens na A-Vinte e três por forma a atrair o tráfego que agora circula nas outras vias prejudicando a vida das populações”. -----
--- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** realçou que a CDU está contra a concessão a privados de qualquer SCUT, discordando da proposta de redução das portagens por ser a favor da abolição das portagens na A-Vinte e três, assim como em relação a todas as SCUTs, dado que estas vias foram construídas com o apoio de fundos comunitários mais elevados para que não houvesse lugar ao pagamento de portagens. ---
--- Depois, o senhor **Ramiro Matos** considerou que a alteração de concessionário não tem influência direta nos cidadãos em relação ao pagamento de portagens, salientando que a A-Vinte e três não tem influência no tráfego de trânsito da Nacional três entre Santarém e Torres Novas. -----
--- Destacou que a bancada do PSD iria votar contra a proposta em apreço dado que a mesma não se refere ao concelho de Santarém.-----
--- Seguidamente, o **Armando Rosa** salientou que as privatizações apenas têm acarretado mais encargos para os cidadãos, contudo, iria abster-se na votação em virtude desta matéria não dizer respeito ao âmbito desta matéria. -----
--- Por último, a senhora **Fabíola Cardoso** clarificou que a questão da diminuição prendeu-se com o facto de tentar encontrar sinergias com outras forças políticas, realçando que a colocação de portagens veio alterar o percurso de muitas pessoas que utilizavam a A-Vinte e três. -----
--- Esgotadas as intervenções, foi a moção em epígrafe submetida a votação, tendo sido deliberado **rejeitar por maioria**, com vinte e três votos contra, um voto a favor e dezoito abstenções. -----
--- O senhor **José Luís Cabrita** efetuou a seguinte Declaração de Voto: “ A abstenção da CDU resultou do facto de sendo contra a concessão da A-vinte e três a privados também é contra o pagamento de portagens. Por outro lado, para além de ser cobrada a portagem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

as empresas ainda cobram mais uma percentagem aos cidadãos que não tem via verde”.

--- Pelo senhor **Armando Rosa**, da bancada do Mais Santarém, foi apresentada a seguinte recomendação:-----

--- O movimento independente de cidadãos Mais Santarém tem constatado e ouvido da parte dos munícipes mais interessados com o seu concelho e particularmente com o seu património histórico e cultural, uma grande preocupação com o que se está a passar com o edifício do ex-Presídio Militar, imóvel classificado pelo Estado de interesse público. Assim, foi solicitado o parecer de técnicos, profissionalmente abalizados para o efeito, sobre o estado do edifício e as possíveis medidas mais urgentes a tomar para a sua salvaguarda/conservação. -----

--- Desse relatório, concluímos a necessidade de fazer uma recomendação ao executivo camarário, que passamos a expor: -----

--- Considerando: -----

--- Um – Que se encontra na posse da Câmara um dos edifícios mais notáveis da cidade, o ex-Presídio Militar, o qual foi adquirido no âmbito das contrapartidas negociadas com o Governo pela não construção do aeroporto na Ota, pelo valor (segundo contrato-promessa com a Estamo - Participações Imobiliárias) de quatro milhões e seiscentos mil de euros.

--- Dois – Que o motivo apresentado, na altura e na justificação da sua aquisição, foi o da sua reabilitação de acordo com o seu estatuto patrimonial, de modo a torná-lo um edifício polivalente através da celebração de parcerias com diversas entidades, como o Instituto de Turismo de Portugal, Escola de Hotelaria e Turismo, Associação de Restauração e Similares de Portugal (ARESP), associações de confrarias e privados, para que o edifício se tornasse um polo central de desenvolvimento do turismo na cidade.-----

--- Três – Que, passados cerca de oito anos após a sua aquisição, o edifício se encontra em estado de abandono, em degradação total, já em ruína, apenas se encontrando ocupado o corpo edificado que tem frente para o jardim fronteiro, e que correspondia ao corpo administrativo e residência do comandante. Atualmente este corpo está ocupado com as instalações do Centro de Investigação Prof. Dr. Veríssimo Serrão, com as instalações da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

UTIS, e alguns serviços camarários, facto que permite que este corpo se encontre em razoável estado de conservação. -----

--- Quatro – Que todo a restante área do edifício, a parte mais notável e de valor do edifício classificada como arquitectura prisional de ferro (rara em Portugal — só existindo os casos da Penitenciária Distrital de Lisboa e a de Coimbra), que corresponde a cerca de quinze mil metros quadrados, se encontra num deplorável estado de abandono, revelando uma degradação acelerada, apresentando sinais de queda da cobertura das antigas alas prisionais, bem como da antiga "charola" em ferro e respetiva cúpula, elemento referencial do edifício na cidade e na sua envolvente. Marco referencial da cidade, cuja visibilidade é possível numa vasta área com mais de dez quilómetros na sua envolvente. -----

--- Cinco – Que se trata de um edifício de elevado valor arquitetónico, construído entre os anos de mil oitocentos e setenta a mil oitocentos e noventa para ser uma Cadeia Penitenciária, foi transformado em Presídio Militar em mil oitocentos e noventa e cinco mil oitocentos e noventa e cinco, assumindo a característica funcional das prisões da época, com planta radial, organiza-se em forma de cruz, a partir de um corpo central onde convergem as alas prisionais, e é o corpo essencial e de excelência da prisão, com a sua cúpula, em forma de gomos, à boa maneira das cúpulas das basílicas renascentistas. Com uma construção em ferro magnífica e única em Santarém e rara no País. -----

--- Seis – Que o seu enorme estado de degradação face ao abandono a que está sujeito, entregue às ratazanas e pombos, revela uma incúria total, uma negligência condenável pelo património que deveria ser cuidado, preservado e reabilitado. -----

--- Sete – Que o valor patrimonial deste edifício ultrapassa os quatro milhões e seiscentos mil euros que consta sobre o seu valor de compra e que o valor patrimonial e a sua preservação são uma responsabilidade que deve ser mantida a todo o custo. -----

--- Oito – Que ideias para a sua ocupação e reabilitação tornam-se necessárias e urgentes. O plenário da Assembleia Municipal, reunido a seis de julho de dois mil e quinze, em continuação da sessão ordinária de trinta de Junho de dois mil e quinze, recomenda ao executivo que: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

--- Primeiro – Com a urgência exigida neste caso, apresente numa próxima Assembleia Municipal, o conjunto de medidas que, a curto e a médio prazo, pensa vir a adotar, no sentido de evitar a continuação da sua degradação e o previsível colapso de algumas das suas estruturas vitais. -----

--- Segundo – Que na sua reutilização futura sejam consideradas as valências da sua sustentabilidade e manutenção, sem perda do seu valor arquitetónico e de raridade. -----

--- Terceiro – Que seja informada a DGPC sobre o estado de conservação do referido imóvel classificado”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que disse concordar que o património do Estado seja preservado, referindo que tem dúvidas de como a Câmara poderá intervir num imóvel que não é propriedade sua. -----

--- A seguir, o senhor **Ramiro Matos** salientou que gostaria de ouvir a Câmara sobre a atual situação das contrapartidas da Ota. -----

--- Depois a senhora **Fabiola Cardoso** considerou a proposta bem fundamentada. -----

--- Seguidamente, o senhor **Joaquim Neto** referiu que gostaria de ver clarificada a questão da aquisição do Presídio, realçando que não vislumbra qualquer questão no teor da recomendação que impeça a sua aprovação, pelo que o PS iria votar favoravelmente. ----

--- Depois, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o Presídio não é propriedade do Município, tendo solicitado à ESTAMO a realização de uma avaliação externa para fixação do valor do imóvel, salientando que a Câmara continua interessada no Presídio caso o valor seja outro, clarificando algumas questões relativas às compensações Ota/Alcochete, realçando que as premissas para a aquisição do referido imóvel não se concretizaram. -----

--- Realçou que nas reuniões com a ESTAMO tem alertado para a necessidade de intervirem neste imóvel.-----

--- Após alguma troca de impressões, foi a recomendação submetida a votação tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e dois votos contra, dezoito votos a favor e três abstenções. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

--- Pela senhora Maria de Lurdes Casimiro, da bancada do CDS-PP, foi apresentada a seguinte proposta: -----

--- “Em vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco terminou o período histórico a que se convencionou chamar PREC (Processo Revolucionário Em Curso).

--- Os importantes valores conquistados em Abril de mil novecentos e setenta e quatro estiveram ameaçados neste período, com riscos de existir um grave retrocesso, quando se impunha a construção de uma Democracia pluralista e de cariz ocidental. -----

--- A violência gerada durante este período histórico foi transversal a toda a sociedade portuguesa, sendo visível o confronto entre dois modelos de governação totalmente distintos: de um lado, os promotores do PREC que defendiam um tipo de organização política antidemocrática (como se 50 anos de ditadura não bastassem ao povo português); do lado oposto, os defensores das ideologias democráticas, pluralistas e humanistas. -----

--- É necessário assinalar que sem o esforço dos militares - com especial destaque para Jaime Neves e Ramalho Eanes - apoiados pelos partidos democráticos, bem como de muitos outros cidadãos que arriscaram as suas vidas nos combates desse mesmo dia vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, a Democracia dificilmente teria sobrevivido e consolidado dando continuidade ao Vinte e Cinco de Abril. -----

--- Com todas as imperfeições de qualquer democracia, o CDS/PP acredita e defende que esta continua a ser a única forma de regime político aceitável, dando voz ao povo, que através de eleições livres pode assim decidir em consciência, a forma como pretende ser governado.-----

--- É em nome desses mesmos valores que o CDS/PP apresenta à Câmara Municipal de Santarém a presente recomendação: -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida aos seis dias do mês de julho de dois mil e quinze, em continuação da sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e quinze, delibera recomendar à Câmara Municipal de Santarém, a elaboração de uma cerimónia ou atividade evocativa das comemorações dos quarenta anos do vinte e cinco de Novembro, concedendo à data o seu devido valor histórico e simbólico, numa cidade que está

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

reconhecida pela efetivação do valor da Liberdade”. -----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que considerou que a proposta do CDS-PP é uma afronta ao Vinte e Cinco de Abril, e que o Vinte e Cinco de Novembro foi um ajuste de contas da direita mais radical para com o Vinte e Cinco de Abril e particularmente com os militares que nele participaram tendo sido prejudicados nas suas carreiras. Deu como exemplo o capitão Salgueiro Maia que depois de ter sido deslocado para o Presídios foi colocado nos Açores, recordando que lhe foi recusada uma pensão pelo então Primeiro Ministro Aníbal Cavaco Silva, enquanto a mesma era concedida a ex-pides.-----

--- Disse que a ser aprovada a presente recomendação não pode retirar outra conclusão que não seja que são hipócritas aqueles que votaram a favor e que anualmente se deslocarem à estátua de Salgueiro Maia para lhe prestarem homenagem. -----

--- De seguida, o senhor **Joaquim Neto** referiu que o PS votará contra esta recomendação por que entende que não se deve comparar o Vinte e Cinco de Abril com o Vinte e Cinco de Novembro, apesar desta última data ter tido a sua importância. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi a proposta acima transcrita colocada à votação, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e dois votos a favor, vinte votos contra e uma abstenção. -----

--- Foram efetuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- Pelo senhor **Ramiro Matos** “O PSD votou a favor desta recomendação no seguimento do que foi referido aquando da apresentação desta proposta na última sessão da Assembleia. -----

--- O PSD apela a quem se queira pronunciar sobre a mesma que a leia primeiro e depois retire as suas conclusões.-----

--- O PSD não aceita as intervenções proferidas pela CDU nem as elações retiradas por um jornal local e pelo próprio Vasco Lourenço.-----

--- O PSD entende que esta recomendação não é qualquer afronta ao Vinte e Cinco de Abril e entende também que o Vinte e Cinco de Abril não propriedade de ninguém, designadamente dos partidos de esquerda. Assim como, nenhum dos elementos do PSD,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 13/2014

Sessão Ordinária de Junho
(2ª Reunião) 06 de julho de 2015

que vote favoravelmente esta proposta, se sentirá hipócrita por comemorar o Vinte e Cinco de Abril. -----

--- Esta proposta apenas recomenda ao Município que considere a realização de uma cerimónia evocativa dos quarenta anos do Vinte e Cinco de Novembro”. -----

--- Pela senhora **Fabiola Cardoso** “O Bloco de Esquerda considera esta situação lamentável. A democracia é um valor mas não é assim”. -----

--- O senhor **José Luís Cabrita** considerou a sua intervenção declaração de voto. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo usado da palavra ao senhor **Diamantino Vicente** que estranhou a posição de alguns Presidentes de Juntas de Freguesias em relação à desagregação das freguesias. -----

--- Disse ser a favor dos orçamentos participativos, recordando a forte participação da população nas reuniões levadas a cabo para o efeito pelo executivo de então. -----

--- Por último, o senhor **António Neto** manifestou a sua discordância relativamente à recomendação aprovada sobre a comemoração dos quarenta anos do Vinte e Cinco de Novembro, considerando ser uma afronta ao Vinte e Cinco de Abril. -----

--- Concluído o Período de Intervenção do Público, eram vinte e três horas e trinta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----